ATA Nº 166 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Deputado Eliene que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 15:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Eu quero cumprimentar os Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso, agradecer pela presença dos Senhores e dizer que a Mesa Diretora, quando da visita dos Oficiais de Justiça, disse que assim que o Projeto aportasse à Casa... Os Deputados nunca foram empecilho para projetos dessa natureza, todos os Deputados, independente de Partido... O Deputado Humberto Bosaipo, através da sua Assessoria, está fazendo pequenas correções ao Projeto, mas ele será votado hoje.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - "OFÍCIO/DAD/GG/115/99, do Exm° Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva.

Senhor Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem n° 62/99, acompanhada do Projeto de Lei que 'dispõe sobre a autorização para criação de funções gratificadas no âmbito da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural-EMPAER.'

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

No exercício da competência estabelecida no artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea 'a', e com supedâneo no artigo 25, inciso VII, todos da Constituição do Estado, tenho a satisfação de me dirigir a Vossas Excelências para apresentar à qualificada apreciação dessa Casa de Leis o anexo Projeto de Lei que 'dispõe sobre a autorização para criação de funções gratificadas no âmbito da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural-EMPAER.'

A Empresa ora citada foi criada mediante a fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Mato Grosso-EMPAER, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso-EMPA e Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso-CODEAGRI, na forma autorizada pelo Artigo 4° e seu parágrafo único da Lei Complementar 14, de 16 de janeiro de 1992.

A proposição em apreço objetiva complementar o quadro funcional da EMPAER/MT, com a criação de funções de livre nomeação e exoneração, as quais poderão ser ocupadas por empregados da empresa ou pessoas estranhas ao quadro de pessoal, em quaisquer dos casos escolhidos mediante constatação de requisitos técnicos para o desempenho das funções.

Buscam-se a dinamização e otimização dos relevantes serviços a cargo da empresa em destaque, preenchendo lacuna de pessoal atualmente existente.

Desta forma, Senhores Parlamentares, estes os motivos que me conduzem a encaminhar o presente Projeto de Lei à apreciação desse Poder Legislativo, contando, como sempre, com o apoio e a compreensão de Vossas Excelências, traduzidos na aprovação desta proposição.

Tendo em conta os altos objetivos do presente projeto de lei, solicito que sua tramitação se faça nos termos do artigo 41 da Constituição Estadual, ante a urgência de que se reveste a matéria.

Ao ensejo, renovo aos ilustres Deputados expressões de estima e consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 15 de dezembro de 1999.

PROJETO DE LEI N° DE DE DE 1999.

Dispõe sobre a autorização para criação de funções gratificadas no âmbito da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A-EMPAER/MT.

Art. 1° Fica o Conselho de Administração da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A-EMPAER/MT, autorizado a criar, de acordo com a legislação pertinente, as funções gratificadas descritas no Anexo I que integra a presente lei, todos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único As estruturas nominal e quantitativa relativa às funções ora criadas, obedecerão ao disposto nos Anexos I e II desta lei.

Art. 2° As funções a que se refere esta lei poderão ser ocupados por empregados ou não do quadro de pessoal da Empresa.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I
RELAÇÃO E NÚMERO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA
EMPAER-MT

ÓRGÃOS	CARGOS	COMIS/ F.GRAT.	SUB-TOTAI
1. PRESIDÊNCIA	1.1. Diretor-Presidente 1.2. Chefia de Gabinete 1.3. Sec. da Presidência 1.4. Assessor do Presidente 1.5. Licitação	01 01 01 02 01	06
2. DIRETORIA DE PESQUISA	2.1. Diretor de Pesquisa 2.2. Assessor 2.3. Assistente de direção	01 02 01	04
3. DIRETORIA DE OPERAÇÕES	3.1. Diretor 3.2. Assessor 3.3. Assistente de Direção	01 02 01	04
4. DIRETORIA ADM. FINANCEIRA	4.1. Diretor 4.2. Assessor 4.3. Assistente de Direção	01 02 01	04
5. ASSESSORIA JURÍDICA	5.1. Chefe 5.2. Secretária	01 01	02
6. AUDITORIA	6.1. Chefia	01	01
7. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO	7.1. Coordenador 7.2. Secretária	01 01	02
8. COORD. DE PESQUISA	8.1. Coordenador 8.2. Secretária	01 01	02
9. COORD. DE OPERAÇÕES	9.1. Coordenador 9.2. Secretária	01 01	02
10. COORD. DE ADM. E FINANÇAS	10.1. Coordenador 10.2. Secretária	01 01	02
11. SETOR DE PESSOAL	11.1. Chefia de Setor	01	01
12. SETOR DE EXEC ORÇAMENT. E FINANC.	12.1. Chefia de Setor	01	01
14. SETOR DE ADM. DE MATERIAI E PATRIMÔNIO	14.1. Chefia de Setor	01	01
15. SETOR DE TRANSPORTES	15.1 Chefia de Setor	01	01
16. SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	16.1. Chefia de Setor	01	01
TOTAL NÍVEL CENTRAL	(1)	35	35

ANEXO I

RELAÇÃO E NÚMERO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA
EMPAER-MT

ÓRGÃOS	CARGOS	COMIS./ F.GRAT.	SUB-TOTAL
17. LABORATÓRIO	17.1 Chefia	01	01
18. CENTRO DE PESQUISA	18.1 Coordenador	03	03
19. CAMPO EXPERIMENTAL	19.1 Chefia	14	14
20. ESCRITÓRIO REGIONAL	20.1. Coordenador	10	10
21.1. ESCRITÓRIO LOCAL	21.1. Supervisor	120	120

TOTAL NÍVEL DE CAMPO (2)	148	148

TOTAL GERAL (1+2)	183	183

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 15 de dezembro de 1999.
DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Governador do Estado."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que suspenda a Sessão por quinze minutos, porque nós estamos preparando algumas emendas a esse Projeto dos Oficiais de Justiça, e eu careço desse tempo, até porque o Projeto vai tramitar hoje, que é o último dia, e nós precisamos desse prazo (PAUSA).

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Fui informado pela Mesa que nós temos diversos Projetos a serem aprovados, sendo assim, eu acho que há tempo suficiente e não carece suspender a Sessão, para que eu possa trabalhar nesse Projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a intervenção do Deputado Humberto Bosaipo.

Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, eu gostaria de cumprimentar os Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso, e dizer que conheço o trabalho deles. Essa categoria tem contribuído diretamente com a sociedade do nosso Estado, tem sido o elo de ligação entre a Justiça e a população... Eles têm feito um trabalho árduo, e conheço alguns Oficiais de Justiça da cidade de Rondonópolis e de outras

cidades que têm dado uma demonstração inequívoca, estão contribuindo, participando e colaborando com a sociedade do nosso Estado.

Em muito boa hora nós vamos discutir esse Projeto que vai trazer benefícios para essa categoria. Tenho certeza absoluta de que aquilo que está sendo pedido, negociado com o Governo e conversado com o Deputado Humberto Bosaipo, através da sua Assessoria, vai se chegar a um denominador comum, para que realmente essa categoria - e eu tenho assistido, ouvido as declarações da sua liderança, das lideranças, aqui em Cuiabá, dos Oficiais de Justiça - receba um apoio que a beneficie, porque ela precisa realmente ser olhada como uma categoria que participa diretamente da organização do Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu quero apenas usar desse expediente para cumprimentar todos os Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso, e dizer que estaremos aqui votando coerentemente, na nossa condição de Deputado representante da sociedade do nosso Estado, e os Senhores fazem parte dessa sociedade, desse segmento - e a população acredita neste Parlamento. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, ontem, lamentavelmente, eu vi uma das coisas mais tristes dessa Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa aprovando um Orçamento, dando um cheque em branco ao Governo do Estado, o Governo Dante... Dotação em aberto, remanejamento do jeito que ele quer, antecipação de Receita... Foi uma verdadeira farra ontem à noite, aqui, a aprovação do Projeto de Lei do Orçamento, num esquema todo montado para que o Governador sequer precise desta Assembléia Legislativa no ano que vem! É lamentável que nós, mais uma vez, estejamos nos curvando, estejamos nos dobrando ao Poder Executivo.

Ontem, também vimos a aprovação, nesta Assembléia Legislativa, do IPVA, que é o imposto mais caro do Brasil!... O Governo do Estado prometeu que este ano reduziria o IPVA para que a sociedade pagasse um IPVA mais barato, mas ontem ele mandou um Projeto de Lei justamente mantendo o IPVA desse ano para o ano que vem. E nós, a cada dia que passa, estamos ficando indignado com este Governo. Indignado, inclusive, com os colegas Deputados Estaduais que estão subservientes ao Governo do Estado.

Hoje, nós vamos votar o ICMS sobre a energia elétrica... Existe um Projeto de Lei de minha autoria, que revoga a Lei nº 7.098, existem mais de vinte emendas de minha autoria e um substitutivo ao Projeto do Governador Dante de Oliveira, e eu quero discutir esse projeto, esgotar todas as discussões, e quero a relação dos Deputados para denunciar publicamente aqueles que estão entregando realmente o interesse de cidadania e de civismo ao Governo do Estado, Dante de Oliveira.

Vou soltar panfleto em Mato Grosso todo! Vou denunciar! Vou, inclusive... Mesmo que isso custe o que custar, vai para todos os cantos do Estado de Mato Grosso - esse Projeto do ICMS eu quero discutir ponto a ponto aqui nesta Casa de Leis, hoje -, e vai o meu Projeto, que é o substitutivo, vai o Projeto de revogação e o Projeto da emenda!

Caros Deputados, Senhoras e Senhores, eu quero aqui inclusive pedir aos Senhores que se sensibilizem, que tenham um pouquinho de coração neste momento. Esse Projeto do Governador Dante de Oliveira vai manter o ICMS mais caro do Brasil, e só vai atender quem usar três bicos de luz, uma televisão e um ventilador por quatro horas, diariamente.

Para terminar, Sr. Presidente, eu quero aqui hipotecar apoio aos Oficiais de Justiça que estão aqui. Contem com o nosso apoio, estamos aqui para lutar pela causa do servidor público e do trabalhador. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Com a palavra o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR – Sr. Presidente, nós sempre apoiamos quando se defende os interesses de uma classe... Agora, ainda bem que existe o recesso parlamentar... Imagine se tivéssemos que ouvir o Deputado Zé Carlos do Pátio, sem o descanso de pelo menos um mês e meio, ouvir esses discursos tresloucados do Deputado Zé Carlos do Pátio, que ataca o Governador sem motivo nenhum, que grita neste microfone como um desesperado, como se os nossos ouvidos fossem paiol para ouvir essa bobageira toda, acusando os Deputados!

Isso é falta de decoro, Sr. Presidente! V. Exª deveria mandar a Taquigrafia retirar esses ataques que estão sendo feitos aos Deputados! Aqui não tem Deputado capacho, não, Deputado Zé Carlos do Pátio, engula essas frases! Está vendo? Aqui os Deputados são responsáveis, sim! Nós somos conscientes do que estamos fazendo aqui. V.Exª tem ofendido os Deputados permanentemente...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO APROXIMA-SE DO MICROFONE.)

O SR. RENE BARBOUR - ...Não concedo o aparte, não, Deputado...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu não vou pedir aparte, não, Deputado. O Regimento Interno não permite.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço que V. Exª não use...

O SR. RENE BARBOUR - ...É preciso que haja respeito, porque atacar o Governador sem motivo nenhum... O Governador precisa de Receita para governar o Estado, para pagar o subsídio de V. Exª, as despesas de V. Exª. Que se faça Oposição de uma maneira elevada, com bastante linha, como faz a Deputada Serys Slhessarenko, sem esses discursos doidos que estamos ouvindo aqui.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputado...

O SR. RENE BARBOUR - Deputado Humberto Bosaipo, eu não posso permitir aparte, porque o Regimento Interno não permite.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu estou aguardando V. Exª terminar.

O SR. RENE BARBOUR - Olha, é preciso que haja respeito. Por que não se discute isso num tom ameno? Por que não se leva esses problemas ao Governador, através de indicações? Nós não somos capachos aqui, não, Deputado! E não admito que V. Exª me ponha nessa condição, porque além de ser Deputado, eu sou homem para não aceitar esses desaforos seus! Que se faça Oposição de uma maneira altiva, que se traga para cá coisas concretas! Isto aqui não é palanque político, isto é uma tribuna, Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio! Eu peço, de hoje em diante, respeito da parte de V. Exª.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu estou com o Projeto de Lei dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, e desde ontem nós estamos mantendo contado com o Líder deles, Sr. Rosival Rodrigues dos Santos, tratando a respeito da vida dos Oficiais de

Justiça. Eu quero aqui, Sr. Presidente, nesta palavra pela Ordem, fazer duas constatações em relação a essa categoria, os Oficiais de Justiça - categoria na qual eu particularmente tenho grandes amigos, assim como vários Deputados aqui... Eu estou vendo aqui o Renani, a Lazinha, o Pelego, que joga bola conosco, e outras pessoas com quem nós convivemos no dia-a-dia.

Realmente, é um absurdo o que ganha um Oficial de Justiça, às vezes recebendo até humilhação, enganação, porta na cara, o sujeito sai pela porta dos fundos... Tudo isso que eu não preciso estar falando para vocês. Às vezes, cumprir um mandado, Sr. Presidente, em condições desiguais, em condições de não poder se locomover...

Eu quero fazer duas constatações em relação ao Projeto dos Oficiais de Justiça: é a primeira vez que eu vejo a categoria organizada e unida... Os meus parabéns aos Senhores. O que era preciso, fundamentalmente, era unir essa categoria, e todos nós Deputados...

Eu comentava com o Deputado Alencar Soares, Deputado Riva, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Silval Barbosa e outros Deputados, que por onde nós andamos, na nossa região, nós somos procurados pelos Oficiais de Justiça no sentido de ajudá-los aqui nesta lei. Então, essa constatação, a união dos Oficiais de Justiça, isto é fundamental. Talvez seja a primeira vez que os Senhores se unem com tanta força.

Segundo, Sr. Presidente, o trabalho do Rosival e de todas as lideranças da categoria, ao abrir a caixa-preta do Tribunal de Justiça... Como é difícil negociar do nível médio para baixo, lá no Tribunal de Justiça... Eu falei isso aqui pessoalmente ao Presidente do Tribunal, Dr. Wandyr Clait Duarte, porque é necessário que as categorias, os escrivães, os Oficiais de Justiça, a categoria de nível médio, Deputado Benedito Pinto, seja olhada com maior carinho. Eles é que "carregam o piano" lá na Justiça, eles são os principais astros no Poder...

Então, eu quero aqui fazer um pedido a V. Exª, Sr. Presidente: que V. Exª coloque esse Projeto, com as Emendas que apresentamos - e eu vou explicar na discussão do Projeto o que foi pedido pela categoria, através do Líder deles, o Rosival -, para ser apreciado em 1ª votação agora pela manhã. Eles estão me fazendo um pedido, que eu transfiro a V. Exª, Sr. Presidente, para que a segunda e última votação seja feita à noite, porque eles estão esperando uma grande caravana de Oficiais de Justiça do interior, e eles querem prestigiar esses colegas do interior, participando dessa votação.

Então, o requerimento que faço a V. Exª é para que coloquemos, já que está em regime de urgência, esse Projeto em 1ª votação agora pela manhã e em 2ª votação à noite, para prestigiar essa categoria. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu indago se é algum assunto pertinente à Pauta ou é para falar do pronunciamento do Deputado Rene Barbour.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Não, não vou falar desse Deputado. Aliás, ele não merece nem ser respondido... Eu vou falar sobre o encaminhamento... Um Deputado como esse não merece nem...

Eu estou solicitando a palavra, pela Ordem, porque eu quero que V. Exª e a Mesa ...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, nós temos um Regimento Interno... O Deputado Zé Carlos do Pátio está tumultuando a Sessão, ele tem que ter respeito pelo Regimento Interno, pelos Deputados... V. Exª tem autonomia para deliberar. Eu acho que nós estamos iniciando um dia de trabalho, nós temos o dia todo pela frente, teremos oportunidade para discutir todas as matérias que vão ser votadas, mas o Deputado já começou o dia tentando denegrir a imagem do Parlamentar aqui.

Eu acho que ele está equivocado, eu não aceito esse tipo de pronunciamento do Deputado Zé Carlos do Pátio. Não aceito, porque sou um Parlamentar já em terceiro mandato, estou aqui, tenho minha consciência tranqüila do que estou fazendo aqui. Então, eu acho que tem que haver respeito.

O Deputado Rene Barbour está coberto de razão, nós não vamos aceitar este tipo de coisa aqui, Sr. Presidente...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. BENEDITO PINTO - ...Eu acho que a Oposição tem todo direito de fazer o que quiser, menos denegrir a imagem do Parlamentar aqui! Aqui estão pessoas conscientes nas galerias, e o Deputado Zé Carlos do Pátio não pode ver mais de três pessoas nas galerias que já começa a baixar um espírito de não sei o quê nele...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. BENEDITO PINTO - Então, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu solicito ao Deputado Zé Carlos do Pátio que respeite o orador, porque ele está usando a palavra numa questão de Ordem.

O SR. BENEDITO PINTO - Então, na verdade, eu acredito que V. Exª pode delinear o prosseguimento da Sessão conforme o Regimento Interno, senão nós vamos ter muitos problemas hoje. E hoje nós queremos trabalhar para ver se encerramos os trabalhos, porque é o último dia, Sr. Presidente. Desse jeito vai ser difícil com esse rapaz... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero dizer aos Srs. Deputados que eu estou perdendo a paciência...

Deputado Zé Carlos do Pátio, primeiro, V. Exª...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço que V. Exª respeite...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Exª não pode usar o microfone sem eu lhe conceder a palavra. Eu peço que V. Exª espere!

V. Exª primeiro usa a palavra para xingar os Deputados, chamá-los de subservientes, depois pede apoio... Ora, que apoio V. Exª espera de colegas Deputados que estão sendo achincalhados? Eu vou processar V. Exª, porque o meu ouvido não agüenta mais esses gritos no microfone! Eu vou entrar com um projeto de lei aqui limitando o tom de voz! Não é possível que nós tenhamos que ficar ouvindo essa "gritaiada" no microfone aqui. Eu não suporto mais isso, Deputado Zé Carlos do Pátio! E não vou conceder a palavra pela Ordem, a não ser que seja regimentalmente, para o bom andamento dos trabalhos.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para encaminhamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero dizer que V. Exª não pode ter essa posição, tem que haver um tratamento igual, só isso... Eu acho que tem que haver um tratamento igual... Eu estou usando a palavra, pela Ordem, e tem que haver um tratamento igual a todos os Deputados aqui. Eu fui eleito como qualquer outro Deputado!...

Eu estou solicitando a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente, porque eu quero que V. Exª me explique o seguinte: nós temos um Projeto tramitando na Assembléia Legislativa, que revoga a Lei nº 7.098. Nós vimos discutindo esse Projeto com a equipe econômica para reduzir o imposto sobre a energia elétrica, e V. Exª fez um compromisso conosco, que se tivesse um encaminhamento para redução do imposto, seria reduzido o imposto sobre a energia elétrica... O Governo do Estado aumentou o imposto sobre o cigarro, e sequer nos apresentou uma planilha de quanto ele vai arrecadar aumentando o imposto sobre o cigarro, para reduzir o imposto sobre a energia elétrica.

V. Exª fez um compromisso conosco, que chamaria a equipe econômica do Governo para apresentar esse tipo de encaminhamento. V. Exª também fez um compromisso conosco a respeito do IPVA, porque o Governo tinha feito o compromisso de reduzir o IPVA este ano... É um direito meu, como Líder do PMDB, como Deputado da Oposição, cobrar, porque na verdade o Governador mandou um Projeto de redução do ICMS sobre a energia elétrica sem sequer dar continuidade à discussão da redução dos impostos, uma discussão que estava sendo feita entre os Deputados e a equipe econômica.

Então, eu gostaria que V. Exª nos justificasse o motivo por que todos os encaminhamentos para a redução dos impostos pararam e veio um Projeto de Lei nos atropelando - inclusive ele vai ser votado hoje aqui nesta Casa de Leis, da mesma forma que aconteceu com o IPVA.

Agora, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: eu não ofendi Deputado nenhum - vou falar num tom bem baixo... A única coisa que eu questionei foi a forma de votação do Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Tolerância zero para com V. Exª!

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de vir aqui nesses três minutos para manifestar total apoio aos servidores que estão conosco aqui nesta manhã, quanto a este Projeto de grande importância. Nós que representamos... Eu tive o privilégio de ter votos em 113 municípios do Estado de Mato Grosso, conheço a realidade do interior de Mato Grosso de ponta a ponta, e sei que na verdade este Projeto tem um sentido social, em virtude do grande trabalho que a categoria dos Oficiais de Justiça desempenha no Estado de Mato Grosso. Eu acho que qualquer um de nós que depende da Justiça, em qualquer processo, se não tivermos o apoio dos Oficiais de Justiça, teremos que amargar um tempo em qualquer processo em andamento...

Então, eu fiz questão de me inscrever no Pequeno Expediente exatamente para poder manifestar de público o meu apoio total a essa matéria. Eu creio que, muito

embora não haja um atendimento total, pelo menos o possível foi feito para dar algum incremento na atividade dos Oficiais de Justiça.

A emenda que o Deputado Humberto Bosaipo traz aqui é mais do que justa, e terá todo o nosso apoio na Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão que dará o parecer preliminar a essa matéria.

Era só isso, Sr. Presidente, apenas para manifestar o nosso apoio, de público, não só ao Projeto do Governo, como também às emendas já discutidas com Parlamentares e com parte da equipe do Governo. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero apenas informar que o Projeto de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio está tramitando em regime de urgência urgentíssima. Nós já tentamos colocá-lo duas vezes em apreciação, mas o próprio Deputado pediu que fosse protelado, e nós concordamos, até porque haveria o momento correto.

Quanto ao Projeto apresentado pelo Governo do Estado, ele foi amplamente discutido, e o Secretário Válter Albano mostrou, claramente, na reunião que houve no gabinete do Deputado Rene Barbour, o quanto se perderia e o quanto se arrecadaria com o aumento do imposto sobre o cigarro. Então, houve uma exposição muito ampla. Logicamente, eu não sei quais Deputados estavam na reunião, mas quem estava assistiu.

Quero informar aos Srs. Deputados que nós temos muitos Projetos de Lei, inclusive do Tribunal de Justiça há três projetos - o Tribunal de Justiça, durante o ano, não mandou nenhuma mensagem... São mensagens que nós temos que votar, pois estão em regime de urgência urgentíssima.

Então, eu peço a compreensão dos Srs. Deputados para que nós possamos dar encaminhamento à Sessão. A Ordem do Dia se inicia às 10:00 horas, mas se nós conseguirmos começar a Ordem do Dia antes das 10:00 horas será suficiente para votarmos as matérias. E ainda teremos, na Sessão noturna, a votação final do Projeto de Lei do Orçamento - caso ele venha a ser votado em primeira discussão na parte da manhã - em 2ª apreciação.

Com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer aos Oficiais de Justiça de Barra do Garças que nos procuraram, como eu já disse, que da nossa parte vamos fazer todo o possível. Já discutimos com o Deputado Humberto Bosaipo, e eu acho que todos os Srs. Deputados vão participar.

Eu quero também, Sr. Presidente, parabenizar o nosso Líder, por ter defendido os Srs. Deputados, porque o nosso companheiro Deputado Zé Carlos do Pátio realmente está faltando com respeito para com a nossa pessoa. Criticar e votar contra são direitos que lhe assistem, mas ele tem que entender que o Plenário é soberano, o que o Plenário definir aqui, está definido!

E sobre a crítica ao Governador, veio uma matéria, Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, há uma matéria no jornal, hoje, dizendo: "Interesse Especial: O Senador Carlos Bezerra, Presidente Regional do PMDB, anunciou que iria participar da reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM - CONDEL, realizada ontem, em São Luiz do Maranhão, para defender a aprovação do Projeto da FERRONORTE, mas, para surpresa geral, Bezerra estava mesmo interessado em aprovar doze milhões, seiscentos e noventa e dois mil para a agropecuária CACB, Companhia Agropecuária Carlos Bezerra. Explica-se o seu interesse pela reunião da SUDAM."

E essa fazenda, inclusive, é do filho dele, que tem, segundo nossos documentos, quase dez mil cabeças... Esse é o PMDB que quer vir acusar o PSDB, acusar Dante Martins de Oliveira, que hoje tem quase 80% da popularidade e o apoio do povo.

Esta semana mesmo, eu tive a oportunidade de visitar a terra do nosso Presidente, na inauguração de uma ponte de concreto de 220 metros, e vi mais de quatro mil pessoas batendo palmas para o Governador, o povo entusiasmado com ele! Nós vamos para Barra do Garças inaugurar duas pontes de concreto, e é inauguração em cima de inauguração!... Querer criticar um Governo como este, é estar perdido na multidão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, amigos presentes, servidores da Casa:

Inicialmente, eu gostaria de colocar aqui todo o meu apoio e parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo, que está encabeçando esse Projeto do Governo do Estado para melhoria ao atendimento dos Oficiais de Justiça.

Essa função, talvez tão árdua, que às vezes assusta tantas pessoas, porque faz um papel difícil, que é cobrar, que é aquele papel que ninguém gostaria de fazer... Então, eu quero colocar aqui todo o meu apoio, toda a minha vontade de ver esse Projeto aprovado da melhor forma, que venha atender todos esses funcionários, todos os Oficiais de Justiça, para que possam ter um trabalho, um desempenho melhor na sua função.

Gostaria de dizer também, Sr. Presidente, que eu ouvi o discurso do Deputado Zé Carlos do Pátio, que disse que os Deputados, ontem... Aliás, na sua grande maioria, talvez dezoito Deputados tenham aprovado em primeira votação o Orçamento de 2000. E nessa situação, quando ele diz que nós estamos dando um "cheque em branco" para o Governador, isso não é verdade, mas se estivéssemos dando um "cheque em branco", seria porque nós confiamos no Governador. Ele não pode dar, porque ele não confia!... E quando ele diz que está cada vez mais indignado com o Governador, é normal, porque ele já assumiu a Assembléia Legislativa, em primeiro de fevereiro, indignado, porque ele já é Oposição por natureza...

Então, essa Oposição começou, vai ser no meio e até no final... Esse discurso dele não é nenhuma novidade. O discurso dele é realmente de Oposição, aquela Oposição que não vai aceitar o sucesso do Governador Dante de Oliveira, que tem revolucionado este Estado - e com alegria nós o receberemos em Sinop e toda região no dia 17, sexta-feira próxima, para inaugurar quatro pontes de concreto, três escolas, o Linhão que interliga três cidades, Feliz Natal, Vera e Carmem, ao Sistema de Energia Nacional, e tantas outras obras que vêm revolucionando o Norte do Estado.

E o Orçamento de 2000 vai contemplar, e muito, a nossa região. Nós devemos muito a este Governo, que fez mais que todos os outros somados, inclusive o Governo de Carlos Bezerra, que é do PMDB. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, galeria que nos assiste, nós queremos aqui manifestar que somos solidários, também, à reivindicação dos Oficiais de Justiça.

Eu uso esta tribuna na manhã de hoje, quarta-feira, com muita tranqüilidade, Sr. Presidente, para dizer que nós estamos vivendo no País um regime democrático, em que

nós podemos expor e colocar nossas idéias para a sociedade. E o respeito, meu Líder Deputado Rene Barbour, tem que existir.

Eu diria aqui que o nosso nobre colega Deputado Zé Carlos do Pátio, já militei com ele no PMDB, ele realmente tem que ter respeito pelos colegas, porque cada um pensa e se expressa da maneira que acha certo. Eu quero aqui adentrar num assunto... Nós devemos colocar ao nobre Deputado que quando ele vem falar que Deputado é capacho do Governador, isso nós não vamos nem discutir, porque um povo civilizado, que tem cultura - como as pessoas que nos assistem e os vinte e quatro Deputados que foram eleitos por milhares de brasileiros -, não carece nem discutir um assunto como esse.

Quero esclarecer à sociedade mato-grossense uma coisa, meu Líder Deputado Rene Barbour: nós ao menos temos a dignidade de dar apoio ao Governo integralmente, defendendo as matérias que interessam ao Estado de Mato Grosso. E quero aqui ainda dizer, eu poderia dizer que em nível nacional, em nível de Brasil, o PMDB age de uma maneira, eu poderia dizer, incoerente e irresponsável, porque dá sustentação ao Governo Fernando Henrique, votando as matérias, e sabemos que por trás disso existem interesses, porque num Governo onde não há uma composição, no caso de Mato Grosso, o INCRA e o DNER deveriam estar na mão do PSDB, que é do Presidente da República, e isso é uma negociação que nós entendemos ser normal, e os políticos de Mato Grosso aprovam as matérias, Sr. Presidente, em nível nacional.

Eu nunca chamei - nunca! - jamais falarei e poderia falar que é incoerente o que eles estão fazendo, votando matérias do Presidente da República no Brasil, e aqui em Mato Grosso dizerem que o Partido não presta, que o Governo não presta... Então, o que devemos fazer é ter coerência. Nós do PSDB não falamos dos outros, nós mostramos as obras no Estado. O Deputado Nilson Leitão colocou...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - ...Só mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo mais trinta segundos.

O SR. PEDRO SATÉLITE - O Deputado Nilson Leitão colocou que nós fazemos, mostramos obras... Tanto é que eu deixei, saí do Partido em que militei vinte anos, porque eu acredito primeiramente neste Estado e neste Governo. Acredito porque o Estado de Mato Grosso estava num caos e hoje Mato Grosso está em primeiro lugar entre os Estados da Federação que mais crescem. Por quê? Porque aqui tem um Governo sério, um Governo que resolveu o problema de infra-estrutura, Deputado Silval Barbosa, na nossa região, levando energia, levando telefonia celular, assentando milhares de agricultores lá no Norte.

Só nos Municípios de Matupá e Peixoto de Azevedo, Sr. Presidente, foram assentadas três mil famílias! Então, nós precisamos, acima de tudo, para encerrar, Sr. Presidente, de respeito. As nossas idéias, nós podemos colocar, mas respeito cabe em qualquer lugar - principalmente nós que representamos o povo, precisamos respeitar para sermos respeitados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores das galerias:

Eu gostaria de abordar o drama vivido pelos ex-servidores da CODEMAT, da CASEMAT e da COHAB. Alguns deles aguardam há dez anos que o Governo do Estado, ou o

Estado, com seus sucessivos Governos, honre as dívidas trabalhistas que tem para com esses ex-servidores. Os Governos do Estado, desde o Sr. Jaime Campos, e especialmente com o Sr. Dante de Oliveira, usaram esses ex-servidores como massa de negociação junto ao Banco Mundial, o BIRD. E o Banco Mundial ofereceu 45 milhões de dólares, hoje quase 85, 86 milhões de reais, para que se fizesse uma reforma do Estado, e na propositura original estava consignado que as dívidas trabalhistas seriam resgatadas, e o que está havendo é o seguinte: recebeu-se a primeira parcela, no valor de 25 milhões, mas nenhum dos ex-servidores, seja da CODEMAT ou da CASEMAT, tiveram resgatadas as suas dívidas consolidadas pela Justiça - dívidas afirmadas e sem possibilidade de recursos, exceto quanto aos cálculos.

Então, nós constituímos aqui uma Comissão Especial para averiguar, acompanhar e fiscalizar a aplicação desses 45 milhões, sob a Presidência do Deputado Carlão Nascimento, e temos dialogado com o Governo, com a Lideranças dos ex-servidores, que estão agoniados...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Permite-me mais um minuto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo mais um minuto a V. Exª.

O SR. GILNEY VIANA - V. Exª precisa conhecer o drama desses ex-servidores...

Alega o Governo, de uma forma que eu considero não correta, aética até, que ali estariam pretendentes a créditos não devidos, mas isso foi definido pela Justiça. Então, como é que ele pode desacreditar a própria Justiça, que já definiu, e inclusive o Governo não usou dos recursos habituais que eram devidos.

Agora, depois de muitas interpelações, o Secretário de Planejamento mandou o recálculo das dívidas reconhecidas pelo Estado, porque não pode ser diferente em relação a esses servidores da CODEMAT e colocou para os ex-servidores o drama: "Agora os Senhores entram em acordo conosco senão não recebem nada"... E deram um prazo para hoje.

Ora, Sr. Presidente, isso é colocar a faca na garganta daquele que tem crédito a receber - e exatamente aquele que está do lado da Justiça. Para isso precisava de Oficial de Justiça lá no Palácio Paiaguás!

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho aqui nesta tribuna para também ser solidário a este Projeto que está tramitando, que trata da situação dos Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Nós da região Norte sabemos da dificuldade que as comarcas têm, a falta até de estrutura para as comarcas. Por exemplo, uma comarca igual a de Peixoto de Azevedo, que é uma das comarcas em que mais tramitam processos, pela falta de condições ali se tem um exemplo das dificuldades que sofrem hoje os Oficiais de Justiça para prestar o melhor serviço para a sociedade.

Portanto, no exemplo dessa comarca, eu vejo também como está o quadro no Estado como um todo. Então, está aí o meu voto solidário. Eu quero votar a favor dos Oficiais de Justiça. E quando foi colocada nesta tribuna também, Sr. Presidente, a posição dos Deputados "a" ou "b", quero que deixe bem separado a questão da sigla partidária. Nós, ontem, por exemplo, votamos contra os destaques apresentados, votamos contra, mas eu e o Deputado Nico Baracat votamos a favor do Orçamento. Então, nós vemos aqui até ataques ao Partido - como acabou de ser proferido aqui nesta tribuna -, e nós gostaríamos que ficasse

bem claro aqui, separando os partidos... Respeitamos a posição e a opinião do Deputado Zé Carlos do Pátio, é uma opinião dele e tem que ser respeitada; agora, deixando de lado a sigla partidária, os demais Deputados tiveram uma posição diferente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, solicito a inversão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputada.

Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistência aqui presente, apenas para parabenizar a organização dos Oficiais de Justiça. Em nome do Oficial de Justiça da nossa cidade e Diretor do Sindicato, Sr. Lira Neto, eu os cumprimento pela mobilização e quero também deixar clara aqui a posição do nosso Partido, o PPS, o Partido Popular Socialista, que através das emendas propostas pelo Deputado Humberto Bosaipo, um dos grandes articuladores desta Casa, visando, numa articulação permanente com a categoria, contemplá-los com algumas emendas de fundamental importância para a classe, para a categoria, como a desvinculação do salário mínimo como base para o cálculo das diligências, vinculando-o ao piso do nível médio do Judiciário.

Enfim, as emendas que a categoria discutiu, e que foram aqui apresentadas pelo Deputado Humberto Bosaipo, refletem a posição do PPS nesta Casa, a posição dos Deputados Romoaldo Júnior e Jair Mariano, e visam, com certeza, corrigir para os Oficiais de Justiça essas injustiças oficiais que devem terminar com a aprovação deste Projeto. Era isso, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko (AUSENTE).

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria das Lideranças Partidárias:

"Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Exmº Sr. Fernando Henrique Cardoso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 257 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-grossense ao Exmº Sr. Fernando Henrique Cardoso, DD. Presidente da República.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Fernando Henrique Cardoso é o Presidente da República Federativa do Brasil desde 1º de janeiro de 1995. Candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB, foi reeleito no primeiro turno em 04 de outubro de 1998, com 53,06% dos votos.

Nasceu no Rio de Janeiro em 1931, é casado e tem três filhos.

Sociólogo, eleito Senador do Estado de São Paulo pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro, MDB; em 1978, reelegeu-se pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, em 1986. Fundador do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, em

1988 liderou a Bancada desse partido no Senado até outubro de 1992. Foi Ministro do Governo do Presidente Itamar Franco nas pastas das Relações Exteriores, no Itamarati, de outubro de 1992 a maio de 1993, e da Fazenda, de maio de 1993 a março de 1994.

Professor catedrático de Ciência Política, Livre-docente em Sociologia, é hoje Professor Emérito da Universidade de São Paulo; foi também Diretor Associado de Estudos na *École des Hautés Études en Sciences Sociales* em Paris, e Professor visitante no *Collège de France* e na Universidade de Paris-Nanterre. Ensinou ainda em *Cambridge* e em outras universidades como *Stanford* e *Berkeley*. Presidente da Associação Internacional de Sociologia-ISA, de 1982 a 1986. Membro do *Instituto for Advanced Study, Princeton;* Doutor *Honoris Causa* das Universidades de *Ruttgers, New Jersey; Notre Dame,* Indiana; Central de Caracas, Venezuela; do Porto e de Coimbra, Portugal; Livre de Berlim, Alemanha;, Sofia, Japão; *Lumière Lyon* 2, França; Bolonha, Itália; *Cambridge* e Londres, Inglaterra. Membro honorário da *American Academy of Arts and Sciences*.

Publicou numerosos trabalhos no Brasil e no exterior, entre os quais se destacam: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional; Empresário Industrial e Desenvolvimento na América Latina*, com Enzo Faletto; *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes; O Modelo Político Brasileiro, Autoritarismo e Democratização*, São Paulo, 1975; *Crescimento e Pobreza; Os Partidos e as Eleições no Brasil*, com B. Lamounier; *Amazônia: Expansão do Capitalismo*, com G. Müller; *Democracia para mudar; A Democracia Necessária; Perspectivas: idéias e atuação política; As idéias e seu lugar; A Construção da Democracia.*

Vários dos seus discursos encontram-se em: *Política Externa em Tempos de Mudança: a gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamarati, Política Externa, Pronunciamentos*, Volume I, de janeiro a junho de 1995; *A Utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso, Presidência da República, e Globalização e outros temas contemporâneos*.

Dentro do seu programa de governo, dispensou especial atenção para o Estado de Mato Grosso, liberando recursos para obras de grande relevância social, executadas pelos municípios, bem como pelo Governo do Estado.

Na Capital do Estado essas realizações foram intensas, tanto que oportunizaram à administração municipal mudar a cara da Cidade, construindo viadutos, avenidas, escolas, além do incremento de recursos para a ação social e para a saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 15 de dezembro de 1999.

LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS"

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA)...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a suspensão da Sessão por quinze minutos, porque eu gostaria de realizar uma reunião com o Presidente da Mesa e o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para darmos encaminhamento a alguns projetos que devem ser encaminhados para votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vou deferir o pedido de V. Exª, até porque, realmente, nós temos inúmeros projetos que estão colocados desordenadamente na Ordem do Dia, e eu quero discuti-los com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Está suspensa a Sessão por quinze minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 09:34 HORAS E REABERTA ÀS 10:07 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito aos nobres Deputados Humberto Bosaipo e Jair Mariano que reassumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS HUMBERTO BOSAIPO E JAIR MARIANO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - De acordo com o Art. 206, do nosso Regimento Interno, passemos à Ordem do Dia.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 103/95, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria o Município de Nova Nazaré, desmembrado do Município de Água Boa. Com Parecer favorável da Comissão de Revisão Territorial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido Emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 263/99, de autoria do Deputado Riva, que cria o Município de Conquista d'Oeste, desmembrado do Município de Pontes e Lacerda. Com Parecer favorável da Comissão de Revisão Territorial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido Emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 244/95, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria o Município de Santa Cruz do Xingu, desmembrado do Município de São José do Xingu. Com Parecer favorável da Comissão de Revisão Territorial.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Humberto Bosaipo - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu serei breve na discussão.

Eu pedi para discutir o Projeto de criação do Município de Santa Cruz do Xingu para fazer um agradecimento geral aos companheiros Deputados, colegas Deputados, em relação aos Projetos de emancipação que tramitaram aqui nesta Casa. Principalmente eu, que apresentei na nossa região do Baixo Araguaia a emancipação de Santa Cruz do Xingu, que já é uma realidade, a emancipação de Nova Nazaré, que já é uma realidade, desmembrada de Água Boa e de Cocalinho, a emancipação de Bom Jesus do Araguaia, de Serra Nova Dourada e de Novo Santo Antônio.

O que nós estamos visando basicamente com essas emancipações é fortalecer uma área desatendida pelos Governos Estadual e Federal - isso em todos os governos -, desatendida pelos atuais prefeitos, que não aplicam nos Distritos os recursos necessários para o bom desenvolvimento da região... E surgiu a necessidade de se criar esses municípios, fortalecidos...

E aqui eu quero ressaltar, Sr. Presidente - porque eu fui o autor de mais de quinze projetos de emancipação de municípios já existentes -, que eu sei que na verdade, quando se vai emancipar município, dois, três ou meia dúzia no máximo é que trabalham efetivamente para a emancipação desses distritos, como é o caso do Projeto Santa Cruz do Xingu e de tantos outros projetos, de São Domingos, de Nova Nazaré...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ...que tramitam aqui nesta Casa. São sempre as mesmas pessoas que estão em busca dos Deputados, de documentos, de certidões, de viagem da Comissão, de fotografias... Enfim, é um trabalho muito grande o dessa Comissão.

Eu concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu gostaria de agradecer o aparte e dizer a V. Exª que eu estive, semana passada, em Santa Cruz do Xingu. Eu conheci o local e gostei muito, achei uma região próspera, com um crescimento muito grande - inclusive, lá existem várias pequenas propriedades... Quer dizer, a perspectiva de crescimento do município é grande - inclusive, eu participei da inauguração de uma rede de água, foi uma grande festa que tivemos lá. Eu vejo com muita prosperidade a criação de Santa Cruz do Xingu. Parabéns pelo Projeto de Lei!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Zé Carlos do Pátio. O fato de V. Exª ter dado essa declaração fortalece o nosso Projeto, principalmente porque o projeto de Santa Cruz do Xingu iniciou-se com a plantação de pimenta do reino - era um projeto de pimenta do reino...

(OS DEPUTADOS DIALOGAM FORAM DE SUAS BANCADAS)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Infelizmente, o projeto foi abandonado, e hoje nós estamos com uma idéia, estamos discutindo com o nosso companheiro Blairo Maggi, um plantador de soja de Mato Grosso, de levá-lo numa área de aproximadamente duzentos mil hectares na região de Santa Cruz do Xingu...

Sr. Presidente, eu carecia de um maior silêncio, porque eu não estou conseguindo concatenar as minhas idéias.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu peço a atenção dos Srs. Deputados, para que o Deputado Humberto Bosaipo possa se concentrar em seu pronunciamento.

O Sr. Pedro Satélite - V. Exª me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Pedro Satélite - Muito obrigado, Deputado.

Eu quero apenas ressaltar, Deputado Humberto Bosaipo, que Mato Grosso é um Estado que tem muita coisa para ser feita, ainda existem regiões muito distantes... Quero aqui apenas ressaltar o meu interesse, porque sempre fui a favor da criação de novos municípios. Eu tenho conversado com alguns colegas, e isso é muito importante para Mato Grosso; primeiro, porque o FPM sai de todos os municípios do Brasil, e com isso o Estado de Mato Grosso vai ter mais recursos; segundo, e não poderia ser diferente, porque não sai o FPM do município-mãe, sai de todos, o que é lógico; e terceiro, porque existem distritos que, com certeza, não sobreviveriam, principalmente numa região de pequenos produtores que não têm condições de se deslocar da sede do distrito até o município, porque, às vezes, há uma distância de 50, 80, 100, 200 quilômetros. Então, por isso é importante a criação do município.

Para encerrar, Deputado, eu não vi nenhum município no Estado de Mato Grosso que foi criado e acabou. Eu estive há poucos dias em Santa Catarina, e lá criaram municípios... Lá não tem mais mata, não tem mais nada a oito quilômetros da sede do Município... Lá eu entendo que seja um absurdo, não justifica criar, mas, aqui, eu tenho certeza de que nós estamos agindo com coerência e pensando no bem-estar, principalmente, do trabalhador, do pequeno, da classe menos favorecida, inclusive para que possamos desenvolver este Estado, que é tão rico, tem terras férteis e riquezas naturais.

Eu parabenizo o trabalho que V. Exª vem fazendo ao longo do seu mandato nessa questão de ajudar a criar novos municípios.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Inclusive, Deputado Pedro Satélite, nesse município novo que é Santa Cruz do Xingu, para que V. Exª tenha uma idéia - e ali está o Vereador Beto - do que vai receber esse município a partir da emancipação, nós vamos ter uma participação de ICMS na ordem de 0,6% a 0,9%, varia entre setenta e cento e quarenta mil, só de ICMS; e nós vamos ter uma participação no Fundo, esse Município vai ter no Fundo de Participação dos Municípios outra participação efetiva, que vai gerar também em torno de oitenta a cento e vinte mil reais.

Veja só, o Projeto Santa Cruz do Xingu - eu falo aqui não só do Projeto Santa Cruz do Xingu, mas de outros distritos emancipados, São Domingos, Nova Conquista, Nova Nazaré e todos que relacionei aqui, sem contar os convênios da área estadual e as verbas orçamentárias federais... Então, o Prefeito desse novo município vai manipular, por ano ou por mês, uma verba na ordem de aproximadamente até trezentos mil reais. Agora, imagine, Sr. Vereador, que lá o Prefeito não investe nem 5% disso agora.

Ainda mais agora, Sr. Presidente, V. Exª que é autor de projetos para a criação de vários municípios mato-grossenses, que está ajudando, assim como nós, a colocar mais uma estrela na bandeira de Mato Grosso, que são os municípios, imagine o que vai ocorrer em 2000 com esses distritos emancipados! Aí é que o Prefeito não vai colocar mais nada! O ano 2000, para os distritos, vai ser um ano muito difícil. Talvez não seja mais difícil, porque é um ano eleitoral, mas nesse pré-período vão ficar sem recursos, e os distritos vão ter que fazer uma articulação, e aí a Assembléia Legislativa, com os Srs. Deputados, pode ajudar. Inclusive, nós já discutimos isso no PPA, a questão dos novos municípios, nós vamos começar lá...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ...lá não temos uma máquina de datilografia, não temos uma folha de papel.

Concedo o aparte a V. Exª, Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Eu quero relembrar aqui, apenas para ajudá-lo a ilustrar mais, uma questão que aconteceu na região Sul. Eu era Deputado em 1987, 1988 e lutamos para emancipar São José do Povo, Distrito de Rondonópolis. Depois eu tive a honra de ter sido eleito Prefeito, e fui eu - o Deputado Zé Carlos do Pátio pode comprovar - que viabilizei a efetivação do Município de São José do Povo, comprando lá, através dos recursos de Rondonópolis, comprando o prédio onde hoje é a Prefeitura, construindo mini-hospital... E hoje São José do Povo, que era um distrito pobre, que ninguém olhava por ele, é um município onde o povo tem orgulho de morar, organizado... Quando era distrito não tinha asfalto, hoje tem asfalto, rede de água, tem a estrutura de um pequeno município, mas que realmente orgulha a população daquela região.

Portanto, eu acho que os Prefeitos é que precisam colaborar para que esses distritos possam transformar-se em municípios. Uma prova é o Município de São José do Povo, que era um distrito pobre, que era pequeno e que hoje tem vida própria e ajuda, inclusive na questão da Saúde, o Município de Rondonópolis.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço o aparte de V. Exª e lhe remeto também, na região Sul, ao exemplo de Primavera do Leste, emancipada de Poxoréo, emancipada daquela região, até de General Carneiro, e hoje, se não me engano, é a quinta economia do Estado.

E como eu estou recebendo ordem para encerrar, aqui do Deputado Rene Barbour - e eu obedeço a minha liderança -, eu quero dizer, antes de ouvir o Deputado Amador Tut, que o PPS reuniu-se no último dia cinco, em Brasília, para a realização do nosso congresso com Ciro Gomes, com Roberto Freire, foi o poder local, e o PPS está produzindo um planejamento administrativo para os municípios do Brasil inteiro. Isso vai ser objeto de cursos, que inclusive estarão abertos a outros Partidos que queiram participar dessa linha de pensamento do PPS na execução do poder local, principalmente...

Eu chamo a atenção para os futuros prefeitos e futuros vereadores, porque vereador e prefeito têm que saber interpretar a Constituição do Estado, têm que saber o que é

Lei Orgânica do Município e têm que entender de Orçamento, porque senão vão ser vereadores e prefeitos de terceira categoria.

O PPS, Deputado Jair Mariano, está preocupado com o poder local e o nosso congresso visou e visa exatamente preparar os homens públicos do País, e a responsabilidade é nossa aqui em Mato Grosso de preparar os futuros prefeitos e os futuros vereadores, e já estamos programando esses cursos, que queremos abrir a todos os Partidos, a todas as pessoas interessadas.

Ouço o Deputado Amador Tut antes de encerrar.

O Sr. Amador Tut – Sr. Presidente, nobre Sr. 1º Secretário, que defende a criação dos municípios, eu quero fazer uma solicitação, porque nossas emendas foram tolhidas, mas nos acreditamos que na rubrica Fonte 00 nós podemos ainda recuperar essa participação, para que façamos, em conjunto, usando a Fonte 00, a rubrica Fonte 00, para que instalemos sindicatos ou uma associação dos municípios recém-emancipados, para que eles criem uma estrutura, para em 2001 já ter alguma coisa... Eu fiz um pedido, que era para Curvelândia, fiz para São Domingos, para Nova Lacerda, Conquista d'Oeste e fiz também para Trivelato e Colniza...

Então, eu gostaria que nós dividíssemos isso entre os Deputados, para que possamos já deixar uma marca e para que o prefeito eleito a partir de 2001 já tenha pelo menos uma cadeira para poder receber os vereadores e demais segmentos da nossa sociedade. Esse era o nosso pedido.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É uma grande idéia, Deputado, criar a associação dos municípios recém-emancipados. Vamos trabalhar por isso, V. Exª vai ser o coordenador. Tenho certeza de que V. Exª vai fazer algumas doações também, de caráter...

O Sr. Amador Tut - Emergencial.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Emergencial... Um ônibus para cada município, ou uma ajuda nesse sentido. Vamos, com certeza, desenvolver esses municípios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 012/98, de autoria do Deputado José Lacerda, que cria o Município de São Domingos, desmembrado do Município de Pontes e Lacerda. Com parecer favorável da Comissão de Revisão Territorial.

Eu quero destacar aqui o empenho do Deputado André Bringsken, que assumiu e se empenhou muito na aprovação, tanto do Município de São Domingos como de Conquista d'Oeste.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluíram pelo seguinte Projeto de Resolução:

"Autoriza o registro do Contrato nº 12/97/00/00-PJUR, firmado entre o DVOP e a empresa CONSTEPRO-Consultoria Técnica e Estudos e Projetos Rodoviários LTDA.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 26, inciso XXVII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro do Contrato nº 12/97/00/00-PJUR, firmado entre o DVOP e a empresa CONSTEPRO-Consultoria Técnica e Estudos e Projetos Rodoviários LTDA.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Em discussão o Projeto...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, é só para fazer um anúncio aqui: A Receita do Estado de Mato Grosso aumentou 307 milhões este ano - só para mostrar, o jornal *Folha do Estado...* Graças à denúncia que nós fizemos da "máfia do Fisco", eu e

Deputada Serys Slhessarenko fizemos a denúncia, e aumentou em mais de 300 milhões a Receita. O Secretário de Fazenda reconhece que o aumento da Receita foi em decorrência da denúncia da "máfia organizada do Fisco", da madeira, um monte de coisa...

Sr. Presidente, a energia elétrica é a segunda maior fonte arrecadadora de imposto do Estado de Mato Grosso - foram 106 milhões de reais! Poderia muito bem reduzir um pouco mais a tarifa sobre energia elétrica. E, se Deus quiser, no ano que vem nós vamos instalar a CPI do Fisco aqui, porque nós não vamos mais afastar somente fiscais do Estado, como foram afastados este ano, não; nós vamos pegar "tubarões" também, porque tem gente muito grande envolvida.

Eu quero dizer que o meu Parecer foi contrário a isso aqui. Até porque o Tribunal de Contas deu Parecer contrário, e quero aqui colocar que houve uma artimanha para que viesse para a Assembléia Legislativa, para ter o Parecer favorável, para acertar essas contas aqui. Então, o meu Parecer é contrário. Quero deixar isso claro. E sempre que as coisas acontecem de forma errada, buscam um caminho para realmente aprovar o que é errado, então nós vamos votar contrário... E quero encaminhar a Bancada de Oposição para votar contrário a esta prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação...

Peço aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, para que possamos fazer a contagem de votos.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votos contrários ao Projeto: Deputado Joaquim Sucena, Deputado Silval Barbosa, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Gilney Viana e Deputado Nico Baracat. Portanto, 06 Srs. Deputados votaram contrários.

Votos favoráveis ao Projeto: Deputado Jair Mariano, Deputado Pedro Satélite, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Amador Tut, Deputado Rene Barbour, Deputado Alencar Soares, Deputado Nilson Leitão, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Eliene, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Benedito Pinto e Deputado Carlos Brito.

Portanto, 06 (seis) Srs. Deputados votaram contrários e 13 (treze) votaram favoráveis.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero mostrar para alguns Deputados que tentaram mostrar que a Bancada do PMDB estava rachada, que ela votou em bloco e que é uma Bancada de Oposição. Eu quero aqui enaltecer a nossa Bancada, que votou sempre em bloco, fazendo oposição ao Governo, a Bancada do PMDB, do PT, e a postura ética do Deputado Joaquim Sucena, Deputado Silval Barbosa, Deputado Nico Baracat, Deputada Serys Slhessarenko e Deputado Gilney Viana. Isso nos deixa muito feliz.

Ontem nós conseguimos até nove votos da Bancada de Oposição aqui. Nós vamos avançar ainda como Oposição. Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, houve 6 votos contrários e 13 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 251/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária ao Substitutivo Integral.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu não vou aqui fazer crítica a Deputado, mas V. Exª está dizendo que o Deputado Zé Carlos do Pátio não tem decoro parlamentar, que vão me processar.... Aliás, está correndo nos corredores que vai ter um processo contra mim... Eu não tenho medo de processo, e quero deixar isso bem claro. Processo? Pode processar por falta de decoro, não tenho o mínimo de receio...

Eu quero fazer uma crítica à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária: ela não está cumprindo o horário para as reuniões. Nós vamos na terça-feira, às 16:00 horas, e muitas vezes não tem reunião, às 15:00 horas, às 17:00 horas... Eu quero pedir o apoio da Comissão para que ela convoque, cumpra os horários, até para dar Parecer...

E quero também parabenizar pelo Projeto de Lei de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, e quero aqui colocar que isso é parcelamento dos débitos de ICMS... Eu acho fundamental parcelar os débitos! Hoje, com a crise econômica que assola o País, com o desemprego, o País entrando em processo de recessão, várias firmas fechando, não se tem condições de bancar e pagar os impostos. É necessário que haja, realmente, uma renegociação das dívidas com as pessoas que devem ao Estado de Mato Grosso.

Outra coisa que eu quero colocar aqui, falando em dívida, e aqui está provado hoje, eu coloquei agora aqui, Sr. Presidente, é que foram 307 milhões a mais que o Estado arrecadou este ano. O País não cresceu sequer 1% este ano, e o Estado arrecadou 307 milhões! O Secretário de Fazenda Válter Albano reconhece que foi graças à denúncia nossa, do Fisco - a Deputada Serys Slhessarenko denunciou e depois a Bancada do PMDB denunciou a "máfia da madeira", organizada lá na região de Sinop.

Quero aqui elogiar o corajoso Prefeito Adenir Barbosa, de Sinop, e o seu Procurador, Sidnei Marques, que passou para nós a denúncia da "máfia organizada do Fisco", da terceira via, um esquema muito organizado - e já foram afastados sete fiscais que estavam envolvidos, ainda há mais quinze ou vinte fiscais, e tem gente grande por trás disso aí.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós temos que parcelar o ICMS para aumentar a arrecadação, e estamos provando que há como reduzir o imposto sobre a energia elétrica. Por que há como reduzir o imposto sobre a energia elétrica? Ora, este ano nós criamos o incentivo do PROALMAT... Dizem que o Deputado Zé Carlos do Pátio é um Deputado radical da Oposição, mas eu votei a favor do incentivo do PROALMAT, do Programa do Incentivo do Algodão... A Bancada de Oposição votou a favor do incentivo ao couro, que vai ser votado agora - nós vamos votar a favor -, do programa de incentivo à madeira, de vários outros setores, da cana-de-açúcar...

Ora, meus Senhores, minhas Senhoras, agora está uma luta para trazer o incentivo do café... Quer dizer, se está tendo condições de criar incentivo, significa que o Estado está tendo uma boa Receita e tem condições de criar esse incentivo para fortalecer a produção, nós estamos fortalecendo a produção, mas os maiores sofredores são os consumidores, porque não têm como, eles moram em Mato Grosso!... Quer dizer, a produção está recebendo incentivo, mas o consumidor, principalmente o pequeno, o humilde, o trabalhador que mora aqui no Pedra 90, que mora lá na Vila Olinda, em Rondonópolis, que mora lá em Poxoréo, esses não estão tendo condições nenhuma, esses estão comprando vela, comprando lamparina, porque não têm mais condições de pagar energia elétrica.

O incentivo que o Governo está criando de fato não resolve o problema do trabalhador, ameniza muito pouco, e nós temos que criar um incentivo maior.

Hoje, se os Senhores navegarem na *Internet*, vão ver que é o ICMS mais caro do Brasil - de energia elétrica, de telefone e de IPVA - é o de Mato Grosso. Colocam-me como um Deputado radical, mas quando a coisa é certa eu apóio a Bancada do Governo, quando há condições de estar discutindo conosco nós apoiamos!

Então, vejam bem: um Projeto como este do Deputado Humberto Bosaipo, que está buscando... Tem um Projeto meu para reduzir o ICMS sobre a energia elétrica hoje, um Projeto polêmico, para o qual eu queria o apoio dos Deputados, dos colegas Deputados, porque esse Projeto da energia elétrica é importante. Então, esse parcelamento do ICMS sobre a energia elétrica é fundamental para estimular realmente o pagamento, como o Projeto dos precatórios é interessante...

Eu acho que a Assembléia Legislativa tem que cumprir esse papel. Um dos atos cívicos mais bonitos que eu já vi até hoje desta Assembléia Legislativa foi o seguinte: não vamos votar o Orçamento e o PPA, se não vier o Projeto dos Precatórios! Esse foi um ato cívico que aconteceu aqui, um discurso inclusive do Deputado Humberto Bosaipo, que culminou com a vinda do Projeto aqui para esta Casa, e agora nós vamos poder resolver os problemas dos precatórios de trabalhadores que há quatro, cinco anos estão querendo receber seus direitos e não recebem, funcionários públicos...

É esse o papel do Legislativo! E eu questiono, companheiros, esse poder, essa força do Legislativo, e eu questionei.... E ontem, quando nós votamos o Orçamento, autorizando o Governador a remanejar o Orçamento do jeito que ele quiser, para antecipar Receita do jeito que ele quiser.... Aí acabou, nós tiramos nossas forças de defender os interesses públicos, e eu questionei o papel da Assembléia Legislativa, porque ele não foi cumprido... Realmente, talvez eu tenha questionado de forma muito dura, mas isso nos deixa sentido, porque tínhamos que ter força na Assembléia Legislativa. Poder remanejar o Orçamento em um bilhão de reais, poder antecipar Receita em um bilhão de reais sem precisar da Assembléia Legislativa, isso para mim não existe!

Então, eu quero aqui dizer que esse Projeto é importante... Deputado aqui não é do jeito que as pessoas falam! O Deputado quer discutir... O Deputado Zé Carlos do Pátio vem aqui para discutir!

E eu quero colocar que V. Exªs tentaram criar uma imagem, que a Bancada do PMDB aqui vota separado... Ela vota unida! Ficou provado, agora, com o Deputado Nico Baracat, com o Deputado Silval Barbosa e os Deputados da Oposição, que nós votamos unidos! É que nós somos minoria!...

Agora, nós estamos querendo buscar caminhos, e nós temos como buscar caminhos. Hoje, está aí a imprensa dizendo que o Governo do Estado aumentou a arrecadação em trezentos e sete milhões de reais... Enquanto o crescimento do País não chegou a 1%, nós aqui arrecadamos 307 milhões a mais! Graças a Deus, nós estamos combatendo a sonegação. E quem encaminhou isso foi a Bancada de Oposição, sim!

Deputado aqui disse: "É, foi só a Bancada de Oposição"... Fomos nós, sim! V.Exª acha que alguém do Governo teria coragem de ir ao Ministério Público denunciar? Que nada! Ninguém teve a coragem de ir lá... Fomos eu, a Deputada Serys Slhessarenko, o Deputado Elarmin Miranda, que é suplente do PMDB e que nos ajudou, o Deputado Nico Baracat, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Milton Rodrigues, do PMDB... Nós é que fomos denunciar a "máfia do Fisco". E não estamos satisfeitos! Já estamos com uma CPI do Fisco, faltam algumas assinaturas, e se passar, nós vamos montar a CPI do Fisco no ano que vem, e não vamos pegar somente "lambari", vamos pegar também "tubarão".

Sr. Presidente, parabéns pelo Projeto, e nós vamos hipotecar apoio a esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O SR. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, este Projeto de Lei mereceria uma discussão mais aprofundada, porque já tivemos a oportunidade de assinalar para os Srs. Deputados que o Governo do Estado tem feito uma política fiscal muito errática. Parece-me que ele tem uma linha de raciocínio de favorecer as atividades empresariais, produtivas, comerciais, dando incentivo. Então, *a anteriori,* se incentiva a produção, o comércio, o que eu acho uma política correta... Nós temos que saber selecionar aqueles que são beneficiados, porque se dá arbitrária e aleatoriamente, o que acontece? Às vezes, se beneficia segmentos empresariais que já são capital intensivo, que geram pouco emprego, e que às vezes distribuem pouca renda.

Então, essa política do Governador Dante de Oliveira é muito errática. Ele fez sucessivos programas de incentivo, propôs o Pró-Couro, o Pró-Café, o Pró-Madeira, e os critérios de seleção desses incentivos não são muito claros estrategicamente. Qual foi a conseqüência disso, Srs. Deputados? É que o incentivo, que toda estratégia de incentivos é seletiva, é seletiva para premiar quem tem um papel estratégico na economia do Estado, não pode ser para todos os setores, porque senão se sacrifica a Receita sem que se tenha o resultado positivo almejado.

Eu já falei isso uma vez aqui e, infelizmente, não me foi dado ouvido, que política de incentivo, para que tenha repercussões economicamente, tem que ser seletivo, não pode ser generalizado. E o que o Governo do Estado está fazendo é isso...

Agora, a contrapartida, sabe qual é? Se dá uma política de incentivo antes de o cidadão ou a empresa ter produzido, gerado fato sobre o qual recai a arrecadação, os impostos e taxas, e depois se dá uma política de incentivo *a posteriori.* Ou seja, se incentiva aqueles que têm dívidas e que foram lançados no rol dos devedores, no caso da dívida ativa do Estado - eles são incentivados a pagar a dívida.

Observem bem o que está acontecendo com o Governo, com a política fiscal do Governo... Ele concede créditos antecipados, depois concede créditos passados, depois que

a pessoa se torna devedora contumaz ou que tem dívida consolidada juridicamente... Eu acho que é um caminho perigoso esse que o Governo está trilhando. É um caminho perigoso!

E, talvez, um alerta nosso não sirva de imediato, porque as pessoas aqui, os Deputados não estão tão preocupados assim em ver a longo prazo e a médio prazo, mas isso vai ocorrer. E se for verdadeiro, se funcionarem os programas de incentivo antes do fato gerador, e os programas de incentivo depois do fato gerador, e não forem recolhidos ao cofre do Estado, qual é a conseqüência futura disso? Abaixa a arrecadação! Nós não temos dúvida, vai abaixar a arrecadação, ou, pelo menos, o potencial de arrecadação vai ser diminuído, aquilo que poderia ser arrecadado não vai ser, porque já está comprometido *a anteriori* e *a posteriori.* Este Projeto de Lei, aqui, se enquadra naqueles que fazem concessões e benefícios *a posteriori* aos devedores.

Agora eu vou examinar o mérito. O mérito é o seguinte, Sr. Presidente: grande parte da dívida ativa exige uma resistência muito forte dos devedores de pagar, e existem artifícios muito fortes também para não fazê-lo. Então, as pessoas abandonam uma razão social, fundam outra razão social, e deixam aquela razão social anterior ser literalmente executada. O que acontece? O Governo do Estado, através da Procuradoria, executa minimamente os devedores, de uma certa forma ele premia o devedor contumaz, o devedor consolidado na dívida ativa. Este Projeto de Lei, *data venia,* premia o devedor. Premia o devedor! E na medida em que nós não temos clareza de quem é um devedor contumaz e de má-fé, para aquele que deveria ser examinado e, politicamente, correto lhe dar o benefício do desconto, nós vamos beneficiar os devedores contumazes e de má-fé também. Olha, é altamente problemático isso! Esse fato, eu acho que não está clara essa distinção aqui, não está clara!

Outra coisa, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, V. Exª que está atento à questão, existem possibilidades de compensação de créditos, que na verdade geram um mercado secundário de possibilidades de devedores trocarem os seus créditos. Quer dizer, trocarem os seus débitos, porque na verdade eles têm débitos, mas como se pode eventualmente até ser objeto de negociação, isso vai ser em prejuízo do caixa do Estado.

Eu diria que o Governo do Estado, quando manda um Projeto dessa natureza, ele está sendo imprevidente. Ele está sendo, de uma certa forma, leviano com as finanças públicas. Não leviano do ponto de vista moral, não se trata aqui de adjetivo de ordem pessoal, se trata do ponto de vista de como se gera, de como se gerencia, de como se administra a coisa pública, e isso o Governo não faz, não dá clareza aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, não dá clareza de qual o impacto. Nós já reclamamos isso em outros projetos que dão benefícios *a anteriori*, são de benefícios fiscais, de incentivos... Não dá clareza de qual o impacto, de quanto o Governo do Estado arrecadará ou deixará de arrecadar, porque aqui o benefício sobre juros e mora podem representar o principal da dívida, conforme for a data da dívida.

Observem bem, conforme for a data da dívida, se ela tiver dez anos, cinco anos, principalmente se pegou a época de inflação alta, a dívida original é pequena, a dívida final é longa, é grande, porque foi acrescida de correção monetária, que, pelo que eu entendi, não está sendo objeto da transação, mas o total dela está sendo. Se desconta os juros e se desconta as multas que incidem, sucessivamente. E quanto mais tempo ela durar, mais elas incidem, porque pode ter capitulações diferentes na lei fiscal.

Então, com isso, eu estou fazendo reparos a este Projeto de Lei. Eu entendo e diria que num Governo do PT - e certamente, com a Deputada Serys Slhessarenko, nós vamos

alcançar a Prefeitura de Cuiabá -, nós vamos fazer política fiscal também, Deputado Humberto Bosaipo, nós vamos fazer política fiscal de incentivo *a anteriori*, como o Governo Dante de Oliveira está fazendo, e a *posteriori*, mas teremos dois cuidados: primeiro, selecionar os atingidos e os beneficiados; segundo, estabelecer critérios de benefício do caixa. Tem que se pensar em caixa, tem que se pensar em entrada, não se pode ficar pensando em benefício só para o devedor, porque senão se estabelece uma política fiscal de mentirinha: não se cobra, joga-se na dívida ativa e depois lhe dá... É a velha política de anistia fiscal, travestida em benefícios.

Dito isso, eu não sou contrário a que se faça política dessa natureza, mas tenho sérias dúvidas de que esse seja o caminho correto desse Projeto de Lei – tenho sérias dúvidas! E gostaria que a SEFAZ, que tem o domínio desses dados, nos oferecesse uma justificativa mais plausível.

O grande problema, Deputado Humberto Bosaipo, eu sei que V. Exª tem trabalhado nessa linha, já naquele outro Projeto que deu benefício a devedores do ICMS, e naquela ocasião já tinha assinalado que nos faltam dados concretos sobre o impacto. O Governo do Estado, parece-me que ele não tem planejamento!

Agora mesmo, e com muita sabedoria, o Deputado Riva falou assim: "Tem que ter o Projeto Pró-café, porque vai beneficiar..." Está bom. Eu estou de acordo. E aliás na agricultura do café com muito mais razão do que a do Pró-Couro, que não gera emprego, ou gera emprego em um nível baixíssimo, sem contar que é muito poluente. Aliás, aquela história do Pró-Couro em Cáceres, nós ainda vamos comprar aquela briga. Pró-Couro na beirada do rio Paraguai? Negativo! Não vai fazer Pró-Couro na beirada do rio Paraguai, como já estão fazendo. Como está lá em Araputanga também poluindo o rio, como já está ali na beirada do rio Paraguai... Ou seja, nós damos benefício fiscal, damos dinheiro para o cidadão, e ele dá passivo ambiental, que depois o Estado vai ter que corrigir. Brincadeira! Então, critérios como esses, o Governo não coloca. É a política fiscal malfeita...

(O SR. DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Vamos ser muito franco. Política fiscal malfeita, inadequada, que não faz previsão! Então, o Governo que vier depois de Dante de Oliveira, espero que seja um Governo da Oposição, do PT, nós vamos pegar o ônus dessa política fiscal suicida que o Governo está implantando. E eu alerto aos Srs. Deputados: é correto usar de benefícios fiscais para incentivar as atividades econômicas, é correto beneficiar devedores que não sejam de má-fé para que eles continuem no mercado, mas é incorreto dar benefícios fiscais aleatoriamente, sem selecionar o seu alvo, sem olhar o benefício de criação de imposto de renda, ou melhor, de renda e emprego, sem olhar os seus impactos sociais e ambientais, e é isso que o Governo está fazendo. É por isso que eu faço sérias restrições a este Projeto, não obstante declarar que a intenção é boa. Mas, como diria o outro Dante, que não é de Oliveira, é Aliggiere, o inferno está cheio de bem intencionados!...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Concedo o aparte, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Gilney Viana, eu estou solicitando um aparte para parabenizar o discurso da V. Exª, porque realmente a política fiscal do Governo deveria ser feita, deveria ser de forma planejada, ordenada e bem definida, só que ele faz de forma pontual, sem fazer um trabalho de uma forma mais global.

E quero dizer a V. Exª - e eu quero parabenizar a Oposição -, que mesmo assim a Oposição não pode se omitir de apoiar os incentivos para o desenvolvimento de Mato Grosso. Eu acho que a Oposição tem que garantir esses incentivos para Mato Grosso...

Então, eu quero colocar que é fundamental, nessa crise econômica por que o País passa, eu acho fundamental isso, mas acho também que V. Exª tem toda razão, e nós não podemos estar penalizando quem paga em dia seus impostos.

O SR. GILNEY VIANA - Muito bem!.

Deputado, eu tenho que acabar, inclusive, o tempo já está curto, mas eu queria dizer a última coisa: o Governador Dante de Oliveira é do PSDB, o PSDB é o grande arauto da reforma fiscal e do ajuste fiscal, e é o grande arauto de controle de orçamentos. Agora mesmo está fazendo votar uma lei de responsabilidade fiscal no Congresso Nacional, uma lei perigosíssima para os Governadores e Prefeitos, perigosíssima! Ainda bem que ela foi amenizada, se fosse como estava no original era para quebrar todo mundo.

Então, veja bem, o Governador Dante de Oliveira ainda está no tempo do populismo - ele não assimilou nem o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer, pelo amor de Deus, pelo menos que ele assimile a intenção de se ter controle fiscal adequadamente, que o Fernando Henrique diz que pretende ou faz. É por isso que, volto a repetir, faço as minhas restrições a este Projeto de Lei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, para discutir favoravelmente ao Projeto de nossa autoria.

Serei mais breve que o Deputado Gilney Viana, V. Exª pode ter certeza disso.

Este Projeto nosso, que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica, Sr. Presidente, foi amplamente discutido por esta Casa. Aliás, em uma das Audiências Públicas mais notáveis das quais eu participei como Parlamentar já de terceiro mandato aqui na Assembléia Legislativa, usando, inclusive, o recurso do telão, o recurso do *data show*, que é uma novidade nas audiências públicas desta Casa e, o que é mais importante, a participação efetiva dos interessados na questão dos precatórios, uma questão que vem se arrastando, uma questão que "vem a passo de tartaruga" há muito tempo.

E já devia ter sido votado este Projeto... Quando nós fizemos uma intervenção para que este Projeto fosse votado, era exatamente para dirimir as dúvidas que tínhamos tirado aqui em audiência pública com a Procuradora do Estado, Drª Sueli Capitula, e com as categorias - policiais civis e militares, especialistas da Educação, representantes da indústria, representantes do comércio -, enfim, com todas as pessoas interessadas nos precatórios.

Ora, o Projeto aprovado, com as emendas da forma como aqui está, inclusive, com a Emenda de V. Exª, Deputado Riva, ele não chega à perfeição que nós queríamos, mas pelo menos dá um avanço nessas questões dos precatórios. E eu discuti com a equipe do Governo, segunda-feira passada, e conseguimos diminuir os honorários advocatícios de 10% para 5%, nós conseguimos que a transferência para os municípios fosse feita em até 12 vezes, no Substitutivo... Em até 12 vezes, para também não prejudicar os municípios.

E esses benefícios, Sr. Presidente, deste Projeto de Lei, se estendem também aos créditos dos funcionários públicos, oriundos de juros, correção monetária e demais salários, ajuizados ou não, exatamente a emenda que V. Exª apresentou ao Projeto. Tanto é que nós, no nosso Substitutivo, como Relator, acolhemos essa sua emenda. Além do que, Sr. Presidente, nós ampliamos para 90% a redução de juros, a redução incidente sobre os valores da multa e dos juros de mora, que também foi um avanço no Projeto dos Precatórios, Deputado Jair Mariano.

Portanto, esse Projeto teve, Deputado Jair Mariano, mais um trabalho da Bancada do PPS visando ajudar principalmente os funcionários públicos que estão com precatórios, a meu ver ele chega aqui no bom entendimento e vai, inclusive, ajudar na negociação, na oferta e na procura do mercado...

O Sr. José Carlos Freitas - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ...para que o funcionário possa resolver essa pendência.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. José Carlos Freitas - Deputado, eu gostaria de parabenizar V. Exª pela Audiência Pública realizada nesta Casa, que foi de alto nível, de alta discussão, realmente em favor da população mato-grossense. Nós sabemos que nesses precatórios é necessária a concordância do Governo em recebê-los, através das empresas privadas, que realmente precisam liquidar essas dívidas geradas pelos próprios governos anteriores.

Eu quero aqui, Deputado Humberto Bosaipo, parabenizar o seu Projeto na íntegra e votar a favor, porque eu vejo que realmente - principalmente as polícias militar e civil, que estão recebendo através do tempo de serviço - é preciso que esses títulos precatórios tenham liquidez, mas que também nós façamos jus para que esses títulos não tenham deságio.

E dentro do seu Projeto, Deputado, eu gostaria de fazer uma pequena emenda. A nossa equipe, a nossa Assessoria já está providenciando, e essa emenda seria justa também para que os honorários advocatícios, que V. Exª pede, a intenção é muito boa, na ordem de 5% para a liquidação, através dos honorários advocatícios... O Governo pede 10%, V. Exª pede 5%, eu gostaria de entender aqui e contar com a compreensão dos nobres colegas Deputados, para que esses honorários advocatícios não sejam onerados em mais que 3%, porque pesa. Nós já sabemos que esses títulos, esses precatórios terão um deságio automaticamente. Então, gostaria não somente de parabenizar, mas também de pedir, através de uma emenda nossa, a redução dos honorários para 3%. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, só por V. Exª estar de acordo com o meu Projeto, eu sei que ele será aprovado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Rene Barbour...

Peço silêncio aos Srs. Deputados para que o Deputado Rene Barbour possa fazer o encaminhamento da matéria.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, para dizer à Bancada do Governo que o Governo está solidário com a aprovação deste Projeto de autoria do Deputado Humberto

Bosaipo. Eu solicito à Bancada do Governo que tome seus assentos para que se proceda à votação. Em nome do Governo, eu solicito da Bancada que vote favoravelmente ao Projeto de autoria do Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Redação Final.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 309/99, Mensagem nº 55/99, de autoria do Poder Executivo:

Estabelece critérios a serem observados no pagamento do IPVA referente ao Exercício de 2000.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Durante o Exercício de 2000, o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído no Estado de Mato Grosso através da Lei nº 4.963, de 23 de dezembro de 1985, que vigora com as alterações das Leis nºs 4.972 e 6.977, respectivamente, de 08 de abril de 1986 e 30 de dezembro de 1997, poderá ser efetuado com observância do disposto nesta lei.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 1999, a Secretaria de Estado de Fazenda e o Departamento Estadual de Trânsito farão publicar tabela divulgando o valor venal dos veículos automotores, por tipo, marca, modelo e ano de fabricação, que servirá de base de cálculo para apuração do IPVA no exercício de 2000.

Parágrafo único Será aplicado índice redutor de 10% (dez por cento) sobre o valor venal dos veículos automotores, constantes da tabela publicada pela SEFAZ/DETRAN-MT, para o exercício de 2000.

Art. 3º Ao pagamento do IPVA referente ao exercício de 2000, efetuado em cota única até a data do vencimento, assegura-se a redução de 30% (trinta por cento) do valor do imposto, obtido mediante aplicação da alíquota prevista sobre o valor venal divulgado.

Art. 4º Fica facultado ao contribuinte efetuar o pagamento parcelado do IPVA relativo ao exercício de 2000, em até 03 (três) cotas, mensais e sucessivas, com redução de 10% (dez por cento) do valor do imposto.

§ 1º O parcelamento somente será permitido se a primeira cota for paga até a data fixada para o vencimento do tributo.

§ 2º A redução do imposto, prevista no *caput* deste artigo, será aplicada a cada parcela, desde que o respectivo pagamento seja efetuado dentro do prazo estabelecido.

§ 3º O pagamento extemporâneo de qualquer cota remanescente implicará, em relação à mesma, a perda do direito à redução concedida.

§ 4º São isentos do pagamento do IPVA os veículos automotores destinados à aprendizagem (CFA-A Centro de Formação de Condutores B).

Art. 5º O contribuinte do IPVA, relativamente ao exercício de 2000, que não efetuar o seu pagamento no prazo regulamentar ficará sujeito à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto.

§ 1º O pagamento espontâneo do IPVA referente ao exercício de 2000, efetuado fora do prazo regulamentar, sujeitará o contribuinte à multa de 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento), conforme o pagamento se verifique, respectivamente, até 30 (trinta) dias e após 30 (trinta) dias do término do prazo regulamentar.

§ 2º As multas previstas neste artigo serão calculadas sobre o valor do imposto corrigido, em função da variação do poder aquisitivo da moeda nacional, aplicando-se o coeficiente fixado pelo órgão federal competente para correção dos débitos referentes aos tributos da União.

§ 3º A correção monetária será efetuada com base nos coeficientes em vigor no mês em que deva ocorrer o pagamento do débito fiscal, considerando-se, para todos os efeitos, como termo inicial o mês em que houver expirado o prazo normal para pagamento do tributo.

Art. 6º O Parágrafo único do Art. 5º da Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a redação que se segue:

'Art. 5º ....

....

Parágrafo único Compete à Secretaria de Estado de Fazenda conhecer e deliberar sobre os pedidos de reconhecimento de imunidade, isenção e não-incidência do IPVA."

Art. 7º No exercício de 2000, os proprietários de veículos favorecidos com imunidade, não incidência ou isenção deverão requerer a sua renovação à Secretaria de Estado de Fazenda, no mesmo prazo estabelecido para vencimento de tributo relativo ao veículo, se fosse devido.

§ 1º O licenciamento dos veículos para o exercício de 2000 fica condicionado à comprovação, perante o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MT, da protocolização do pedido de renovação do benefício junto à Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 2º Uma vez comprovada a inexistência de hipótese que autorize o reconhecimento da imunidade, não incidência ou isenção, o proprietário do veículo será intimado a recolher o tributo referente ao exercício de 2000.

§ 3º Qualquer que seja o final do número da placa do veículo, na hipótese de perda do tratamento especial, o IPVA poderá ser recolhido até 30 de outubro de 2000, assegurados, em relação aos mesmos, os benefícios previstos nesta lei, inclusive de desconto e parcelamento.

Art. 8º Fica assegurada ao recolhimento do IPVA pertinente ao exercício de 2000 a aplicação das demais disposições previstas na Lei nº 4.963/85, com as alterações carreadas pelas Leis nºs 4.972/86 e 6.977/97, bem como garantida a dedução da importância recolhida a maior no Exercício de 1999, em conformidade com o preconizado no Art. 8º da Lei nº 7.116, de 30 de abril de 1999.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário."

Informo aos Srs. Deputados que por estar em Redação Final não se admite discussão.

Em votação a Redação Final. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 330/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz.

Encaminho o Projeto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, para emitir Parecer em plenário, em função da matéria se encontrar em regime de urgência urgentíssima.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, convido o Deputado Hermínio J. Barreto para relatar a matéria.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO (RELATOR) - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, em boa hora o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso manda um Projeto de Lei que dispõe sobre a Justiça de Paz. Com certeza, essa Justiça, pelo nome, e, principalmente, no dia de hoje, neste Plenário, nós precisamos de paz para votar uma matéria como essa...

Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, o meu Parecer é favorável, na íntegra, ao Projeto do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Convido o Deputado Alencar Soares para emitir o seu voto.

O Sr. Alencar Soares (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Voto com o Relator.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Convido o Deputado Benedito Pinto para emitir o seu voto.

O SR. BENEDITO PINTO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Deputado Carlão Nascimento, eu sou favorável ao Projeto, acompanhando o voto do Relator.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Convido o Deputado Humberto Bosaipo a emitir o seu voto.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Deputado Carlão Nascimento, digno Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, este Deputado vota com o Relator.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Portanto, Sr. Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça o Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 329/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre alteração da estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, que reúna a Comissão em plenário para emitir Parecer sobre a matéria.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, nós gostaríamos de cumprimentar, também, todos os Oficiais de Justiça que se fazem presentes hoje - praticamente todo o Estado está presente aqui -, e dizer que nós tivemos um contato muito grande com essa categoria, quando dirigimos o DETRAN de Mato Grosso, porque praticamente eu recebia dois, três, quatro, cinco por dia em meu gabinete.

Eu convido o Deputado Benedito Pinto para ser o Relator da matéria.

O SR. BENEDITO PINTO (RELATOR) - Srs. Deputados, Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, demais membros da Comissão aqui reunidos, sinto-me honrado em poder relatar essa matéria que nós estamos votando agora, que proporciona uma nova estrutura organizacional na Secretaria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Quero dizer aos participantes desta Sessão de hoje que esta Assembléia Legislativa, e eu já estou aqui há quase dez anos, tem demonstrado para com os demais Poderes e instituições do Estado de Mato Grosso um total apoio em todas as reivindicações, de qualquer poder instituído pela Constituição do Estado. A Assembléia Legislativa, na semana passada, aprovou um projeto encaminhado pelo Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa - e as reivindicações foram aprovadas aqui, inclusive em regime de urgência.

O Tribunal de Justiça, todas as vezes que encaminha Projeto de Lei a esta Casa, principalmente quando se trata dos servidores e quando se trata de melhorias para o melhor andamento da Justiça, o Poder Legislativo tem analisado com carinho, e da melhor forma possível.

Nós sabemos perfeitamente que o Tribunal de Justiça tem Orçamento próprio, que o Tribunal de Justiça recebe um duodécimo mensal e, geralmente, quando encaminha um projeto como esse, Deputado Humberto Bosaipo, naturalmente foi feita uma análise das condições financeiras para o cumprimento do Projeto.

Então, como membro desta Comissão, eu relato favoravelmente à aprovação deste Projeto, a fim de que possamos melhorar as condições dos nossos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Na nova estrutura, no seu Artigo 1º, só para sintetizar, Deputado Rene Barbour, nosso Líder, diz o seguinte: "Art. 1º A estrutura organizacional básica da Secretaria do Tribunal de Justiça será composta de mais 07 (sete) cargos de controlador de arrecadação; 07 (sete) cargos de Classificador; 30 (trinta) cargos de Agente de Serviço; 16 (dezesseis) cargos de Recepcionista; 60 (sessenta) cargos de Auxiliar Judiciário e 01 (um) cargo de Assistente de Imprensa".

Vejam bem, quando nós vamos ao Tribunal de Justiça e pedimos que sejam criadas Comarcas, que sejam instaladas Comarcas, contemplando o trabalho do Poder Legislativo com a criação de novos municípios, naturalmente, há necessidade de se adequar o seu pessoal. Portanto, essa é a justificativa do meu Relatório, e o meu voto, Presidente Deputado Carlão Nascimento, é favorável.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Passemos à coleta de votos: Deputado Alencar Soares (COM O RELATOR); Deputado Hermínio J. Barreto (COM O RELATOR) e Deputado Humberto Bosaipo (COM O RELATOR). O nosso Parecer também é favorável ao voto do Relator.

Portanto, aprovado na Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer favorável da Comissão. Encerrada a discussão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu aqui quero fazer um depoimento, porque eu estudei profundamente o PPA e o Governo do Estado pouco investiu na área da Justiça, no PPA, que é o Plano Plurianual. Eu lembro que nos próximos quatro anos não vai chegar a 3% o investimento na Justiça, através do PPA. No Orçamento também os recursos do Judiciário são poucos, e muito menos ainda do Ministério Público.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, também dizer que fui ao Tribunal de Justiça este ano, juntamente com V. Exª, porque nós tivemos uma reunião com o Desembargador Wandyr Clait Duarte, Presidente do Tribunal de Justiça, com o Desembargador Paulo Lessa, e eles nos prometeram, Deputado Riva, e eu queria pedir o apoio de V. Exª e do Deputado Humberto Bosaipo, descentralizar a Justiça do Estado de Mato Grosso.

Vejam bem, somente Cuiabá e Várzea Grande são Entrâncias Especiais na Justiça do Estado de Mato Grosso. Ele fez um compromisso de começar a discutir como Entrância Especial municípios como Rondonópolis e outros municípios pólos. Com isso, nós aumentaríamos o número de Varas, e haveria mais condições de atendimento à Justiça no interior. Até porque só numa Vara do Município de Rondonópolis tem sessenta mil processos, só numa Vara!...

O Sr. Deputado Wilson Teixeira Dentinho (DE SUA BANCADA) - Sessenta mil?!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sessenta mil processos, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu quero que fique aqui gravado, taquigrafado o meu discurso, para mandar para o Desembargador Wandyr Clait Duarte...

V. Exª, Deputado Riva, foi comigo ao Tribunal de Justiça pedir para descentralizar a Justiça, ampliar o número de fóruns, criar Entrância Especial, e até hoje eu não tive apoio nenhum, uma resposta sequer! Nós fizemos uma Audiência Pública em Rondonópolis para criar Entrância Especial lá, a Assembléia Legislativa foi em Rondonópolis, nós convocamos uma equipe da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Rondonópolis para fazer um Projeto de ampliação do Fórum de Rondonópolis, para transformá-lo em Entrância Especial. Foi feito o Projeto, foi feito Orçamento, foi feito todo o encaminhamento e até hoje não recebi uma resposta sequer dos Desembargadores.

Quero aqui, Sr. Presidente, pedir para V. Exª, se possível, que nos ajude, que solicite do Desembargador Wandyr Clait Duarte, do Desembargador Paulo Lessa, que transformem Rondonópolis em Entrância Especial, até por que nós precisamos descentralizar a Justiça. Muitas vezes, juízes poderiam terminar sua carreira lá, trabalhar lá, e faltam juízes lá. Até pouco tempo atrás o Fórum de Rondonópolis tinha oito Varas, agora é que foi para onze Varas. E é uma vergonha dizer que lá tem sessenta mil processos tramitando só numa Vara, mas é verdade!

Eu quero pedir a V. Exª que interceda, porque nós estamos fortalecendo o Poder Judiciário e ajudando, é um prazer para nós. Acho que o Poder Judiciário está recebendo pouco. Eu lembro que no Orçamento o recurso para o Judiciário é ínfimo, para o Ministério Público é ínfimo, e nem se fala da Defensoria Pública... O salário do Defensor Público hoje é insignificante no Estado de Mato Grosso.

Eu quero pedir duas coisas: nós ajudarmos o Poder Judiciário aqui, aumentando o Orçamento, e ele nos ajudar a descentralizar a Justiça, até porque quem ganha somos todos nós, é o Tribunal de Justiça, é a sociedade e é a comunidade. Parabéns pelo

Projeto de Lei, vamos votar a favor, mas eu quero deixar esse alerta aqui - e o Poder Legislativo tem que nos ajudar a fazer esses encaminhamentos também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo ao Deputado Zé Carlos do Pátio que somos solidários com esse pleito de Rondonópolis, porém o único problema, Deputado, é que, de fato, o Tribunal de Justiça nessa questão tem sido um pouco insensível. Tanto é que nós estamos lutando lá em Juara para criar a Segunda Entrância, e não estamos conseguindo, mas o Desembargador Wandyr Clait Duarte sempre foi muito atencioso, sempre nos atendeu, e eu tenho esperança que nós seremos atendidos.

Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, querem fazer demagogia até mesmo com uma Mensagem do Tribunal de Justiça do nosso Estado, um Tribunal que deve merecer o respeito de todos os mato-grossenses, um Tribunal que foi frontalmente agredido há pouco tempo, e justamente agora nós devíamos estar aqui usando este microfone para defender o Tribunal de Justiça - o Tribunal foi vítima de uma calúnia, já totalmente esclarecida.

A Mensagem deve merecer o apoio de todos os Srs. Deputados, e eu solicito à Bancada do Governo que vote favoravelmente à sua aprovação.

Era só, Sr. Presidente.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, primeiramente, quero saudar os Oficias de Justiça, o companheiro Milton, o companheiro Hernane, e dizer a todos que os Deputados do Bloco Autonomia votam favorável, até porque é uma justiça que está sendo feita com aqueles que merecem. E nós também estamos encaminhando já o Projeto dos Oficiais de Justiça, para que possamos votar favoravelmente a todos os Projetos, e também ao do Tribunal de Justiça...

Era só isso, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Já foram dois encaminhamentos favoráveis.

V. Exª vai encaminhar favorável ou contra?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Já foram dois?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Já.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Então, Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem, somente para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de um minuto para fazer sua observação.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para solicitar que V. Exª interceda para nós fazermos uma discussão com o Tribunal de Justiça, para a descentralização da Justiça. E nosso voto é favorável, até porque é pelo bem da Justiça de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 328/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que institui o pagamento de gratificação de produtividade aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais referente ao cumprimento de mandados favorecidos pela Justiça Gratuita, pela Justiça Pública, pela isenção ou pela dispensa de antecipação de custas, eleva o percentual referente ao risco de vida e dá outras providências

Encaminho ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei e as emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo...

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, no Projeto anterior nós votamos a modificação da estrutura da Secretaria do Tribunal de Justiça, e esse, realmente, é o Projeto que trata da questão da produtividade dos Oficiais de Justiça.

Convocamos o nobre Deputado Benedito Pinto para relatar a referida matéria.

O SR. BENEDITO PINTO (RELATOR) - Ilustre Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, demais membros aqui presentes, Deputado Joaquim Sucena, Deputado Alencar Soares, Deputado Hermínio J. Barreto:

Nós, com grande satisfação, recebemos a incumbência do ilustre Presidente Carlão Nascimento de proceder aqui a um relatório sucinto sobre uma matéria de tamanha relevância para uma categoria de trabalhadores do Estado de Mato Grosso que sempre vem lutando por este objetivo, e agora o Tribunal encaminhou uma mensagem a este Poder, para que possa melhorar, em parte, a situação, os vencimentos dos nossos trabalhadores na área da Justiça, especialmente dos Oficiais de Justiça...

"Projeto de Lei que institui o pagamento de gratificação de produtividade aos Oficiais de Justiça e Avaliadores Judiciais, referente ao cumprimento de mandados favorecidos pela Justiça Gratuita, pela Justiça Pública, pela isenção ou pela dispensa de antecipação de custas, eleva o percentual referente ao risco de vida e dá outras providências."

É um Projeto importante, que dá um incremento no salário dos nossos Oficiais de Justiça e também dos nossos servidores avaliadores, isso aqui é um pequeno reconhecimento da importância do trabalho dos Oficiais de Justiça. Eu volto a dizer que o Tribunal de Justiça, ao mandar um Projeto como este, está amparado economicamente para poder cumprir, naturalmente dentro da sua quota mensal de arrecadação. E, para nossa satisfação, também foram anexadas ao Projeto duas emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, e considerando a importância, seriam emendas praticamente de todos os Srs. Deputados, de comum acordo com os Oficiais de justiça, e também eu creio que não terá nenhum problema junto ao Presidente do Tribunal.

A emenda diz o seguinte: "A gratificação de produtividade será devida nos seguintes percentuais, calculados sobre a movimentação base da Referência 20 da tabela

salarial nível médio dos servidores do Poder Judiciário." Então, aqui há uma diferença em virtude de o Projeto original estar baseado no salário mínimo, e aqui há uma melhora ainda. E também há outra emenda que apenas complementa o objetivo da primeira. Naturalmente, estando coberta pela área econômica do Judiciário, nós, sem dúvida, temos a satisfação de votar aqui favorável.

E quero dizer, também, da satisfação de termos aqui, em plenário, um companheiro nosso, Deputado Estadual, que pertence ao quadro de Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso. Eu me sinto orgulhoso, porque eu faço questão, toda vez que se vota um Projeto do DETRAN, de dizer que eu fui funcionário de carreira do DETRAN, o Deputado Humberto Bosaipo foi funcionário desta Assembléia, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho da EMPAER, nós todos temos um vínculo profissional, e pela vontade do povo de Mato Grosso nós hoje estamos ocupando um cargo de legislador, mas, passando isso, cada um de nós estará nas ocupações que cada um de nós escolheu para a nossa vida.

Portanto, Deputado Carlão Nascimento, eu acato as duas emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Meu voto é favorável ao Projeto, com as emendas.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Passemos à coleta de votos dos demais membros: Deputado Hermínio J. Barreto...

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu faço questão de dar o meu voto aqui no microfone, para dizer da satisfação de estar votando favorável ao Projeto, com as emendas do Deputado Humberto Bosaipo. Eu fiz também questão de assinar as emendas do Deputado Humberto Bosaipo, que fez um grande trabalho, articulou junto às lideranças dos Oficiais de Justiça. Quero cumprimentar a todos e dizer que a Assembléia Legislativa não faz nada mais, nada menos, que o seu papel de estar contribuindo, efetivamente, com esse quadro de valorosos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. O meu voto é com o Relator, favorável (PALMAS).

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Alencar Soares...

O SR. ALENCAR SOARES (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu também voto favorável ao Projeto, com o Relator (PALMAS).

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Joaquim Sucena...

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu voto com o sucinto e brilhante relatório do nosso Relator, Deputado Benedito Pinto. Voto favorável ao Projeto e às emendas (PALMAS).

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Esta Presidência também vota favorável ao Projeto, pois se faz aqui justiça ao trabalho que essa categoria desenvolve em todo o Estado de Mato Grosso. E como as emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo melhoram o Projeto, nós votamos favorável ao Projeto, com as emendas.

Portanto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Projeto, após receber o Parecer favorável nas Comissões, inclusive com as emendas apostas pelo Deputado Humberto Bosaipo, nós solicitamos fazer o encaminhamento - e antecipo, favorável -, no sentido de que nós estaremos corrigindo algumas distorções.

Da mesma forma que o Deputado Benedito Pinto colocou, eu penso... Antes de ser Deputado, eu tive um vínculo também com o Tribunal de Justiça, e durante muitos anos exerci a função de meirinho, que é o Oficial de Justiça, só deixei de fazê-lo quando fui eleito Vereador em meu primeiro mandato, e encontro-me licenciado do Tribunal de Justiça para desempenhar as minhas atividades políticas.

Atuando no Juizado Especial de Pequenas Causas, pudemos perceber o quando é difícil esse trabalho. E se a Justiça precisa do Juiz e precisa do Advogado, ela tem como imprescindível a figura do meirinho. É ele quem faz a ligação do que se busca e da justiça que se faz. É ele, muitas vezes, o injustiçado, o perseguido, o criticado, o caluniado. É a ele que se atribui uma série de responsabilidades ou de culpa pela demora dos processos, da morosidade da aplicação da Justiça, enquanto que, na realidade, o profissional não tem as condições necessárias para desempenhar o seu trabalho.

Aqui, mais do que a gratificação de produtividade, que é justa, porque o que é previsto hoje é insuficiente para o desempenho das suas funções, ninguém consegue fazer esse trabalho, porque as idas e vindas atrás de uma parte são muitas, nós temos a questão da periculosidade, que realmente ocorre. Trabalha-se com pessoas em diversos estados emocionais, trabalha-se nas áreas cível e criminal, mexe-se com todo tipo de situação, e o Oficial de Justiça se expõe, porque o primeiro contato é físico e pessoal - o Oficial de Justiça tem direito de requerer o apoio policial quando se vê ameaçado, ou depois de uma situação já instalada, mas o primeiro contato é imprevisível, é ele que vai lá e se expõe...

O Sr. Humberto Bosaipo (DE SUA BANCADA) - Sem falar nos cachorros bravos!

O SR. CARLOS BRITO - Sem contar os cachorros bravos, Deputado Humberto Bosaipo, e tudo que se tem...(PALMAS DAS GALERIAS).

Portanto, eu entendo que essa questão da periculosidade resgata, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Riva, algo de há muito tempo reivindicado pelos Oficiais de Justiça, pelos Avaliadores, porque realmente esses companheiros, no exercício das suas funções, ficam expostos.

E vou mais longe, muito mais fácil se dar atenção a assessoramentos, a gabinetes que atuam em situações importantes para a Justiça também, mas em muito melhores condições de trabalho. E, hoje, esta Assembléia resgata um pouco desse débito que o próprio Tribunal de Justiça tinha para com essa parcela dos seus funcionários - e esta Casa faz a sua parte.

Devo adiantar que tenho uma preocupação ao aprovarmos essa emenda, na questão orçamentária... É a direção do Tribunal que sabe quanto tem para gastar. Então, no momento em que provocamos alguma alteração aqui, com certeza os representantes das categorias precisarão procurar a Presidência do Tribunal, logo após a aprovação, para que se entendam lá e possam garantir que essa alteração proposta pelo Deputado Humberto Bosaipo, pelas Lideranças Partidárias, e aprovada por este Plenário, possa ser levada a efeito, porque senão também vai ser letra morta. Alterou-se, e o Tribunal vai alegar que não tem condições financeiras ou orçamentárias para absorver. Aí, o que vai ocorrer? Vai ter que vir outro

projeto para alterar de novo. Então, a orientação singela nossa é que imediatamente se busque a Presidência do Tribunal no sentido de consolidar essa alteração que os Deputados ora aprovam.

Quero por fim, Sr. Presidente, fazer um registro em nome da categoria a V.Exª, Deputado Riva, pelo desprendimento, pela boa vontade em receber o Rosival, que fala em nome de todos, pela agilidade na tramitação desse processo, pelo desprendimento para que ele pudesse ser apreciado ainda neste exercício e a sua aplicação pudesse ocorrer já no próximo ano, e ao Deputado Humberto Bosaipo, que já é parceiro dos funcionários do Judiciário há muito tempo.

Portanto, encaminho favoravelmente, com essa justificativa de que efetivamente nós estamos fazendo justiça para esses funcionários da Justiça, que fazem parte da aplicação da Justiça. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu tenho dois pedidos de encaminhamento, do Deputado Humberto Bosaipo e do Deputado Zé Carlos do Pátio. Como o Deputado Humberto já está na tribuna, concedo a ele a palavra.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Para encaminhar favorável.

Sr. Presidente, serei breve e rápido, como deve ser esta votação. Quero agradecer aos Srs. Deputados pelo apoio às nossas emendas. Eu, particularmente, depois de aprovado o Projeto, vou conversar com o Desembargador Wandyr, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça, para que não crie empecilho sobre as emendas que nós apresentamos ao Projeto.

Quero dizer ao Rosival e a todos os Oficiais de Justiça que este é apenas o início de uma luta. Nós sabemos que o salário do nível médio do Poder Judiciário está muito aquém daquilo que precisa receber. Quando nós equiparamos a produtividade com essa tabela 20 do nível médio, foi exatamente para que os senhores não tivessem prejuízo, e para que o Projeto não caísse na inconstitucionalidade, possibilitando a vinda de um veto a esse projeto aqui - e quero dizer que os senhores estão de parabéns. Quero também agradecer ao pessoal que veio do interior, todo o interior que está aqui.

Sr. Presidente, repito e peço novamente a V. Exª que a segunda discussão deste Projeto seja feita à noite, para que nós possamos premiar com a chegada de novos Oficiais de Justiça na Casa, para nossa honra. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo que o pedido do Deputado Humberto Bosaipo será atendido, traremos para a Sessão noturna a segunda discussão e votação final deste Projeto (PALMAS).

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero simplesmente parabenizar... Eu acho que está na hora de discutirmos, em todos os setores do serviço público a produtividade, para criar estímulo ao servidor, para ele poder trabalhar.

Existe inclusive uma discussão... Existe isso hoje na Prefeitura de Rondonópolis - aqui tem vários Oficiais de Justiça -, lá existe produtividade em todas as áreas e é necessário que se crie esse estímulo, para que ele realmente possa trabalhar, trabalhar com prazer, e ter um salário digno.

Então, eu quero parabenizar o Poder Judiciário, parabenizá-lo pelas emendas, e quero aqui dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que nós subscrevemos suas emendas também, como Deputado Estadual. E quero pedir à Bancada do PMDB, logicamente, que vote a favor deste Projeto de Lei, com as emendas, e dizer aos Oficiais de Justiça que podem contar conosco, nós estamos à disposição dos senhores, na defesa dos senhores.

Aqui foi muito clara uma colocação do Deputado Humberto Bosaipo: os servidores muitas vezes não foram vistos, e nós os estamos olhando nesta Legislatura - nós estamos olhando o servidor. Muitas vezes olham mais as pessoas de gabinete que o servidor, aquele que vai para a rua, aquele que luta pela causa do Judiciário. Parabéns aos senhores por esta grande conquista (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão (PALMAS).

Informo ao Deputado Zé Carlos do Pátio que falei há poucos instantes com o Desembargador Wandyr Clait Duarte, quando o Deputado Carlos Brito usava da tribuna, e ele disse que não só é favorável à criação da Entrância Especial como está à nossa disposição para uma conversa pessoal. Porém, alertou que falta alguma estrutura e que vai ter que conversar com as lideranças de Rondonópolis para a efetivação dessa luta de V. Exª.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 294/99, de autoria do Deputado Pedro Satélite, que anexa ao Município de Guarantã do Norte área desmembrada do Município de Matupá e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Terras e Meio Ambiente.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 322/99, Mensagem nº 59/99, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Boi - PRÓ-COURO, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 238/99, Mensagem nº 43/99, de autoria do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2000.

Votado em 1ª discussão, na Comissão de Constituição e Justiça, com a apreciação de duzentas e cinco emendas, chegou à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária a Emenda nº 206, de autoria da Deputada Serys Slhesssarenko. Os Pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Comissão de Constituição e Justiça rejeitam a Emenda. E o Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária acata o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, acatando dessa forma as Emendas nºs 30, 43, 69, 99, 147, 182, 184, 185, 186, 202, 203, 204, rejeitando as demais Emendas - registro o voto contrário do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação ...

A Srª Serys Slhessarenko - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, nós solicitamos a votação em separado da Emenda nº 206, de nossa autoria.

Nós lembramos aos Srs. Parlamentares que o Parlamento é o local da discussão e, em nome do processo democrático, pedimos que viabilizem a votação dessa emenda em destaque. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A Deputada Serys Slhessarenko pede destaque da sua emenda, que adita ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde o Projeto Atividade Assistência Financeira ao serviço de saúde dos municípios, no valor de 34 milhões.

Em votação o pedido de destaque da Emenda nº 206 de autoria da Deputada Serys Slhessarenko. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Apenas o Deputado Alencar Soares se manifesta contrário, os demais são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, concedido o destaque à Emenda da Deputada Serys Slhessarenko. Vamos continuar a discussão dos Pareceres e em seguida votamos em destaque a Emenda da Deputada Serys Slhessarenko.

Em discussão os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram contra os Pareceres a Deputada Serys Slhessarenko, o Deputado Joaquim Sucena e o Deputado Zé Carlos do Pátio, os demais Deputados foram favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, aprovados os Pareceres.

Em votação a Emenda Aditiva nº 206, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que adita ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde o Projeto Atividade Assistência Financeira ao serviço de saúde dos municípios - a Deputada faz uma emenda no valor de 34 milhões.

"Os programas necessários à efetivação do presente item são oriundos do programa de trabalho da Secretaria de Estado de Fazenda, retirando-se da amortização da dívida interna juros e encargos da dívida em 34 milhões, repassando para investimentos."

Leio a justificativa da Deputada, já que ela não pode fazer a discussão da matéria:

"O objetivo desta emenda é assegurar para o Orçamento do Fundo Estadual de Saúde os mesmos percentuais do Orçamento de 1999, previsão essa que foi de 5,69% do Orçamento Geral do Estado e que na proposta para o ano 2.000 prevê um percentual de apenas 4,25%, diminuindo, portanto, de 119 milhões para 104 milhões."

Em votação a Emenda nº 206. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram favorável à Emenda a Deputada Serys Slhessarenko, o Deputado Joaquim Sucena, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Silval Barbosa e o Deputado Nico Baracat, os demais Deputados votaram contra.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, rejeitada a emenda. Vai à Redação Final o Projeto de Lei.

Em discussão única, Parecer favorável da Mesa Diretora, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

Concede licença, para tratamento de interesse particular, ao Deputado Jair Mariano.

Art. 1° Fica concedida licença ao Deputado Jair Mariano, por 121 (cento e vinte e um) dias, para tratamento de interesse particular.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação."

Em discussão o Projeto de Resolução...

O Sr. Jair Mariano - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, ao solicitar meu afastamento desta Casa, eu não poderia deixar de registrar dois fatos: ao assumir o meu primeiro mandato, com pouca experiência em Parlamento, eu não posso deixar de dizer que fiquei um pouco preocupado com a imagem que transparecia para a sociedade a respeito da ação parlamentar, mas agora, findo um ano trabalhando nesta Casa, onde conheci valorosos companheiros, saio com muita tranqüilidade, dizendo que este é um instrumento fundamental para os avanços da sociedade mato-grossense.

Ao pedir esta licença, digo com muita tranqüilidade que conheci aqui briosos e valorosos companheiros, que colocam a causa pública adiante de todos os outros interesses.

Esta Casa instalou neste ano um procedimento em que sistematicamente se vê nas audiências públicas, no plenário desta Casa, a organização e a mobilização daqueles segmentos interessados nas matérias aqui votadas, aprofundando a discussão - o que nós vimos no PPA, no Orçamento, com a interiorização... Eu não tenho dúvidas: Mato Grosso e os mato-grossenses que elegeram os Deputados aqui presentes e outros tantos que não estão aqui nesta Casa, mas que por aqui passaram e construíram estes alicerces, estão de parabéns.

E ao me afastar, Sr. Presidente, Sr. Deputado Humberto Bosaipo e Sr. Deputado Romoaldo Júnior, a quem me reporto como Deputados do PPS, do nosso Partido, me afasto para permitir o acesso a esta Casa de um companheiro que na coligação - o futuro Deputado Túlio Fontes, a partir deste afastamento - também contribuiu tanto para a eleição do Governo que nós apoiamos, o Governo de Dante de Oliveira, quanto para esta chapa.

Faço, além da justiça, também uma recomendação partidária, Deputado Humberto Bosaipo, grande tribuno desta Casa e condutor, com certeza, dos grandes projetos nacionais, das propostas macro do Partido Popular Socialista aqui em Mato Grosso - V. Exª vai ser o grande arauto, o grande defensor das nossas propostas neste ano que entra...

Deputado Humberto Bosaipo, o meu afastamento obedece à orientação nacional do Partido. Não saio para entrar de férias, saio sim para entrar na luta partidária da organização do nosso PPS por esses rincões de Mato Grosso. Vou ao Nortão preferencialmente no primeiro momento, mas estarei como um soldado do Partido em todos os municípios onde o PPS se instalou, trabalhando na formação, como foi colocado por V. Exª, na mobilização dos nossos companheiros, de modo que o Partido Popular Socialista possa, nas eleições municipais, ser o grande divisor de águas na política mato-grossense. E não tenho dúvidas que ao ficarem nesta Casa esse que é um grande tribuno, Deputado Humberto Bosaipo, e companheiro Deputado Romoaldo Júnior, o PPS estará mais do que bem representado.

Saio, portanto, Sr. Presidente, nesta licença, sem poder lhe dizer, com um pouquinho de tristeza, porque esta é uma Casa onde muito tenho aprendido, com certeza, também politicamente, mas no contato com as bases e no relacionamento que vou manter nesse período com todos os Senhores também, estarei prestando um serviço à comunidade mato-grossense que me honrou com esse que hoje, com certeza, é um grande privilégio, que é fazer parte deste Parlamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Humberto Bosaipo - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados:

Eu quero fazer um registro de dois momentos aqui desta Casa de Leis. Primeiro, esse momento em que o Deputado Jair Mariano, esse grande Líder do nosso Partido, chegou aqui com a sua simpatia, com a sua humildade, mas prestando um relevante serviço a esta Casa, na área de atuação dele. Quero dizer, Deputado Jair Mariano, que esse foi um gesto magnânimo de V. Exª, porque nós do PPS estamos abrindo uma vaga para um Deputado do PSDB, e isso em virtude de um compromisso que V. Exª havia assumido em campanha eleitoral. Isso mostra a grandeza e a firmeza do Deputado Jair Mariano, do PPS, que é um Parlamentar que representa o nosso Partido em todos os rincões mato-grossenses.

Eu quero fazer aqui um convite a todos que estão me ouvindo... O PPS é o Partido que mais cresceu no ano de 1999. É o Partido de maior perspectiva para o ano 2000 em todo o País, e, certamente, é o Partido que vai assumir a Presidência da República em 2002. Nós estamos fazendo um trabalho dialético, um trabalho pedagógico. Nós estamos fazendo um trabalho importante dentro das nossas bases parlamentares, dentro das nossas bases municipais. Agora mesmo, como eu disse anteriormente na minha fala, vamos ter aqui os cursos de formação para pré-candidatos a vereador e a prefeito, principalmente sobre a

questão orçamentária, a Lei Orgânica dos Municípios, as Constituições Federal e Estadual. Enfim, nós vamos nortear um programa de administração pública do PPS.

E esse rodízio, Deputado Rene Barbour, é uma prova que o PPS está dando ao PSDB de compartilhamento. Nós vamos receber aqui o Suplente de Deputado Túlio Fontes, como vamos ter a alegria de receber novamente aqui o também Suplente de Deputado Moisés Feltrin, em decorrência de uma licença pedida pelo Deputado Moacir Pires, do PFL - e queremos elogiar essa postura. Este é o Parlamento... E não terá aqui, agora no mês de janeiro e nesse restante de dezembro, a atuação em plenário, mas terá uma atuação intensa na base, até porque a partir de 1º de janeiro já entramos no ano eleitoral. E aqui, Deputado Romoaldo Júnior, nosso companheiro do PPS, a Deputada Serys Slhessarenko, do PT, quem sabe, possivelmente, até o Deputado Eliene, representando uma grande Coligação, o Deputado Emanuel Pinheiro, que acaba de chegar neste plenário para gáudio e alegria dos demais colegas, vão enfrentar as eleições municipais no próximo ano, e a candidatura de todos esses colegas engrandece o Parlamento Mato-grossense. A nossa alegria quando um Deputado é eleito prefeito ou para outro cargo é muito grande!

Então, eu quero aqui desejar a todos e, principalmente, ao Deputado Jair Mariano sucesso nessa sua empreitada. Quero também parabenizá-lo pelo seu espírito democrático e compartilhador nesse rodízio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

O Deputado Jair Mariano encontra-se, a partir deste instante, em licença.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias solicitando prorrogação da Sessão por mais uma hora.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Prorrogada a Sessão até às 13:00 horas.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 53/99, de autoria do Deputado Rene Barbour, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Maurício Magalhães Farias. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 318/99, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko e dos Deputados Gilney Viana e Riva, que institui o Fundo de Assistência Integral às Vitimas de Violência e Testemunhas do Estado de Mato Grosso - FAIVVT. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 315/99, de autoria do Deputado Nico Baracat, que dispõe sobre a criação do Programa de Amparo e Abrigo à criança e ao adolescente em desagregação social e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça ao Substitutivo Integral.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação....

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Houve 04 votos contrários e 09 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, aprovado o Parecer. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 304/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de cartazes que previnam o consumidor dos malefícios da sonegação fiscal. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 312/99, de autoria do Deputado Romoaldo Júnior, que cria o Programa de Coleta Seletiva do Lixo nas escolas públicas estaduais de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão única, Parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

"Autoriza o registro de Termo de Permissão de Uso nº 004/98, firmado entre o DVOP e a Senhora Yara Benedita Atala.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro de Termo de Permissão de Uso nº 004/98, firmado entre o DVOP e a Senhora Yara Benedita Atala.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, falar que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária não nos convocou para dar Parecer...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Mas nós vamos votar apenas na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado... A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária... Eu retifico, são Pareceres dados em conjunto...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito vista do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo vista a V. Exª, em função de ser membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e não ter exarado o seu voto.

Eu faço uma indagação aos Srs. Deputados - Deputada Serys Slhessarenko, V. Exª que é Líder, e os demais Líderes... Eu faço uma indagação aos Srs. Deputados, porque nós tínhamos previsto a realização de uma Sessão à tarde, e não vejo necessidade dessa Sessão, mas também eu vejo com preocupação algumas matérias que serão votadas e que precisarão

de uma segunda votação. Eu sugiro a realização dessa Sessão às 19:00 horas, caso os Srs. Deputados aceitem - inclusive já consultei o Deputado Humberto Bosaipo...

Eu coloco em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com a realização de Sessão às 19:00 horas...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, o Deputado Túlio Fontes e o Deputado Moisés Feltrin certamente convidaram alguns amigos seus, correligionários, parentes, aderentes, essas coisas que a pessoa faz quando toma posse... Aderente é o que vota continuamente, que dá o voto contínuo, em toda eleição - o Deputado Moisés Feltrin tem quatro mandatos, e tem vários aderentes...

Então, se nós começarmos essa Sessão às 19:00 horas, vai prejudicar o possível coquetel, jantar - eu não sei o que eles vão oferecer para os seus convivas -, e certamente a Sessão às 16:00 horas seria o melhor horário... Dezesseis horas é um horário bom, porque daria tempo de nós, até às 20:00 horas - e os Oficiais de Justiça pediram que nós votássemos o Projeto à noite, ficariam um ou dois Projetos para a noite -, darmos posse aos Deputados e os liberarmos mais cedo para essa participação festiva, da qual inclusive eu gostaria de fazer parte. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Fundamentando a colocação do Deputado Humberto Bosaipo...

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - ...eu quero apenas colocar Deputado Alencar Soares, antes de V. Exª usar da palavra, que eu me esqueci de um detalhe: o Deputado Túlio Fontes esteve ontem conosco e disse que está mobilizando a sua turma para comparecer às 20:00 horas para sua posse, e seria injusto da nossa parte modificar o horário.

Então, eu quero pedir a compreensão dos nobres Deputados, mas vamos manter a Sessão da tarde e vamos apenas transferir o horário para as 16:00 horas, conforme sugeriu o Deputado Humberto Bosaipo. O que não for possível apreciar na Sessão das 16:00 horas, apreciaremos às 20:00 horas, na Sessão noturna. Então, ficam mantidas as Sessões das 16:00 horas e das 20:00 horas.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Não há orador inscrito...

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Emanuel Pinheiro; da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro – José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PMDB) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB); do Bloco Parlamentar Socialista - Eliene (PSB), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS) e Romoaldo Júnior (PPS).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para as 16:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Barroso